

**ATA DA NONAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

1  
2  
3

4Aos vinte sete dias do mês de outubro de dois mil e seis realizou-se a Nonagésima Reunião Ordinária do  
5Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, n.º 55 – 11º andar – sl.  
61108, Porto Alegre, com o início às nove horas e quinze minutos, com a presença dos seguintes  
7Conselheiros: **Sr. Alex Neves Strey**, Representante do Secretário de Meio Ambiente; **Sra. Laura**  
8**Londero Cruz**, Representante do Secretário da Saúde; **Sr. Antônio Carlos Jung**, Representante do  
9Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Ebersson Thimmig Silveira**, Representante do Secretário  
10de Energia, Minas e Comunicação; **Sra. Marilene Kostelnaki Franco**, Representante do Secretário da  
11Cultura; **Sr. Paulo Renato dos Santos Souza**, Representante do Secretário de Ciência e Tecnologia; **Sra.**  
12**Sônia Maria Moreira de Mello**, Representante do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Sra.**  
13**Juliane Nunes Hallal**, Representante Suplente do INGA; **Sr. Mauro Kern**, Representante Suplente do  
14Movimento Roessler; **Sra. Maria Teresa Raya Rodrigues**, Representante Suplente da Instituto  
15Universitária Pública; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Suplente da FETAG; **Srs. Clóvis**  
16**Zimmer e Sidney Bruschi**, Representantes Titular e Suplente da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**,  
17Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Fernando Hartmann**, Representante Suplente da Sociedade de  
18Engenharia do Estado do Rio Grande do Sul; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da  
19FAMURS; **Sr. Carlos Termignoni**, Representante Titular do Centro de Biotecnologia do Estado do Rio  
20Grande do Sul; **Sr. Marcelo Maisonete Duarte**, Representante Titular da FZB – Corpo Técnico; **Srs.**  
21**Antenor Ferrari e Jackson Müller**, Representantes Titular e Suplente da FEPAM. Participaram também  
22da reunião, como convidados: Ana Elizabeth Carara, Pró-Guaíba; Carlos A. Mennea Marchiori,  
23SAALVE; Niro Afonso Pieper, SIGA/RS; Prefeita Beatriz Kraimorin – FAMURS; Márcia Scheneider,  
24Bióloga; Deri Calvete da Rocha, Prefeitura de Viamão; Alexandre Burmann, NAT; Vicente Medaglia,  
25INGÁ; Andréia Kern Jover, FEPAM; Lisiane Becker, Mira-Serra; Paulo Brack, INGÁ; Mauro Gomes de  
26Moura, FEPAM; Auda M. Correa, FEPAM. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Valtemir  
27Goldmeier, Representante da FAMURS. **Pauta: 1. Discussão da Ata da 89ª Reunião Ordinária do**  
28**CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Habilitações de Municípios; 4. Discussão sobre ausência dos**  
29**Conselheiros nas Câmaras Técnicas e respectivos encaminhamentos segundo o Regimento Interno**  
30**do CONSEMA; 5. Manifestação da FEPAM a respeito das emergências ambientais e acidentes**  
31**ocorridos em 2006; 6. Assuntos Gerais. Sr. Presidente:** Bom-dia-tarde a todos. Considerando o  
32Regimento Interno do Conselho Estadual do Meio Ambiente, declaramos por aberta a 90ª Reunião  
33Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente. **Sr. Alex Neves Strey:** A SEMA pede ao Plenário  
34que haja inversão de Pauta do Item 5 passar para o lugar do Item 4. Então, quando for possível que isso  
35seja votado. **Sr. Presidente:** Apesar de ainda não termos *quorum*, aproveitaremos, porque,  
36regimentalmente, é permitido que se faça a leitura das Comunicações. **2. Comunicações.** Então, dentro  
37das Comunicações, em nome da FAMURS, gostaríamos de apresentar para o Conselho a Conselheira  
38Suplente da FAMURS no CONSEMA, que é a Prefeita Beatriz, de Vale do Sol. Então, gostaríamos que  
39todos conhecessem a Conselheira Suplente. Das Comunicações que nós temos a colocar: recebemos um *e-*  
40*mail*, datado de 11-10, de Antônio Michelin, de Novo Hamburgo, onde coloca referente ao lamentável que  
41ocorreu no Rio dos Sinos. Também recebemos outro *e-mail*, da Fundação Zoobotânica, onde a Fundação  
42pede para apresentar ao Conselho o Plano de Manejo do Parque Estadual de Itapeva e da Reserva  
43Biológica da Serra Geral. Isso fase a necessidade de que isso tivesse sido apresentado ao Conselho dentro  
44do mês de outubro, como a Pauta já havia sido fechada quando isto chegou, nós estamos incluindo este  
45assunto em Assuntos Gerais. Também recebemos um ofício do Secretário Cláudio Dilda, é o Ofício  
46Gabinete SEMA n.º 1.501/06, onde ele se manifesta pedindo providências no sentido de que se coloque  
47em votação a resolução que trata de padrões de emissão dos efluentes industriais. Eu já coloquei no  
48despacho aqui e que na próxima reunião este assunto estará em Pauta, porque a Câmara Técnica de  
49Assuntos Jurídicos na próxima reunião fará a análise do texto final da resolução, porque a parte técnica foi  
50revisada nas Câmaras Técnicas. Então, tomaremos a liberdade de na próxima semana já encaminhar esta  
51minuta, porque a reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos é na quarta que vem. Então, tomamos  
52a liberdade de encaminhar para todos os Conselheiros para que possa ter tempo hábil para ler toda esta  
53resolução que virá a Plenário na próxima reunião. Fica reforçado aqui também, a FIERGS tinha feito um  
54pedido, via telefone, no sentido que se colocasse esta resolução em votação. Recebemos também um  
55ofício da Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, que agora passa a ser a Mara Suzana,  
56representante da SEMA, onde ela se manifesta no seguinte sentido: “A Câmara Técnica de Assuntos  
57Jurídicos, em reunião realizada em 18-10, analisou os pareceres referentes à Resolução n.º 04, conforme  
58solicitado. Colocado em votação, porém, quatro Entidades se manifestaram favoráveis ao parecer  
59encaminhado pela Secretaria e quatro se manifestaram favoráveis ao parecer encaminhado pela FIERGS.  
60Segundo o Regimento Interno, as decisões das Câmaras Técnicas serão tomadas por votação de maioria  
61simples de seus membros, no caso de empate a decisão será encaminhada ao Plenário do CONSEMA.  
62Portanto, dessa forma, estamos encaminhando os referidos pareceres ao CONSEMA”. Na reunião de

63novembro este assunto também estará na Pauta. Portanto, caberá à Plenária do Conselho decidir a  
64divergência criada entre os dois pareceres. O Alex coloca que gostaria que os dois pareceres fossem  
65defendidos. Então, desde já solicito à FIERGS que possibilite de convidar a Dra. Luiza Falkenberg,  
66que foi a Relatora do processo na Câmara Técnica, para que estivesse presente na próxima reunião, no  
67sentido de defender a proposta, que na primeira votação da Câmara Técnica foi aprovada por  
68unanimidade. E também a Dra. Mara, em nome da SEMA, que fez o segundo parecer, nós gostaríamos  
69também, Alex, que houvesse a solicitação no sentido de que a Mara também estivesse presente na reunião.  
70Recebemos também um ofício do CONAMA, vou ler na íntegra, mas gostaria que a Secretaria Executiva  
71repassar o *site* que é colocado aqui para que os Conselheiros possam acessar esses documentos. Então, é o  
72Ofício Circular n.º 188, do CONAMA, datado de 05-10: “Após 7 reuniões, o GT *Ad Hoc* para a Agenda  
73Nacional do Meio Ambiente encaminha a proposta para a Agenda Nacional do Meio Ambiente, para o  
74biênio 2007/2008. Agenda está organizada em 5 temas principais: Política Integrada da Gestão de Meio  
75Ambiente e de Recursos Hídricos; Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais; Gestão da  
76Qualidade Ambiental - Meio Urbano e Rural; Desenvolvimento Sócio-econômico Sustentável e  
77Fortalecimento Institucional. Os temas foram divididos em 26 subtemas. Em cada subtema as ações  
78propostas estão agrupadas em função de 4 tipos de estratégias de atuação. No total são analisadas 163  
79propostas de ações. Agenda, tal como proposta, apresenta em seus 3 primeiros itens a metodologia, os  
80critérios, princípios, fundamentos e diretrizes adotados pelo GT para a sua elaboração. Nesses itens são  
81reforçados os princípios de descentralização, da participação e da consolidação de um Sistema Integrado  
82de informações, dentre outros, como elementos estruturantes para a implementação da Agenda  
83recomendada. No item 4 chama-se a atenção para as ações apresentadas como importantes nas primeiras  
84versões do trabalho, mas que, em verdade, se constituíam em pautas de competência de outros sistemas e  
85outros fóruns de decisão. Dessa forma, a Agenda não se omite em relação aos temas, mas reforça a  
86necessidade de uma ação articulada entre os diversos sistemas e propõe, como recomendação, aos  
87respectivos fóruns competentes, algumas ações de integração e complementares. Nos itens 5 e 6 estão  
88apresentados, respectivamente, os processos de consulta e acompanhamento propostos para uma efetiva  
89implementação da Agenda, e as 163 ações propostas, organizadas conforme mencionado. Considerando  
90que apesar de todos nossos esforços não foi possível ampliar a base de construção deste documento,  
91estamos apresentando um processo de consulta, conforme exposto no seu item 7. De acordo com a  
92proposta do GT as 163 ações propostas estão abertas a críticas e novas proposições dos Conselheiros  
93titulares do CONAMA, com o auxílio das ferramentas da informática, até o dia 30/10/2006. Para facilitar  
94o entendimento dessa nossa proposta, anexamos uma tabela-cronograma copiada do item 7 da Agenda,  
95que apresenta, de forma simplificada, as atividades desse processo. Será enviada por *e-mail* a cada  
96Conselheiro titular do CONAMA a chave de acesso ao sistema imediatamente após o recebimento deste  
97Ofício”. Nós recebemos um ofício do Ministério Público, que, inicialmente, foi encaminhado para a  
98SEMA, mas repassado para o CONSEMA, que diz o seguinte: “Sr. Presidente, requisito a Vossa Senhoria  
99informações sobre publicação de alguma resolução versando sobre capina química. Na oportunidade  
100manifesto a Vossa Senhoria a minha elevada estima. Promotora de Justiça Anelise Staingleder”. Será  
101respondido. Também recebemos um ofício do Ministério Público Federal, pedindo informações sobre a  
102Câmara Técnica de Mineração, que também será atendido. Recebemos um ofício do Conselho Municipal  
103de Meio Ambiente de São Lourenço, que também será respondido, onde o Conselho solicita manifestação  
104sobre o destino adequado das pilhas e baterias, bom como, das lâmpadas fluorescentes. Recebemos um  
105ofício, a AGAPAN em 06-09 encaminhou um ofício que foi lido na reunião anterior, pedindo uma  
106manifestação sobre a licença prévia da FEPAM. Nós encaminhamos ao Presidente Ferrari uma solicitação  
107de informações e a FEPAM respondeu através do Ofício n.º 4311/06, assinado pelo Diretor Técnico  
108Jackson Müller, onde ele se manifesta da seguinte forma: “Em relação ao Ofício CONSEMA n.º 55/06,  
109atendendo a solicitação do Ofício n.º 33 da AGAPAN, informamos que esta Fundação revogou a Licença  
110Prévia 596/06 DL, da Empresa Exion Química, Indústria e Comércio SA, através da decisão  
111administrativa de revogação de Licença 63/06, de 14-09. Estamos no aguardo da entrega de documentação  
112complementar por parte da empresa, solicitada pela FEPAM em 30-08, através do Ofício n.º 3632/06.  
113Somente após o recebimento dessas informações que a FEPAM voltará a analisar esse pedido de  
114licenciamento. Quanto à exigência de EIA-RIMA para o licenciamento desse empreendimento, a FEPAM  
115informa que de acordo com o que estabelece a legislação ambiental e com avaliação técnica no referido  
116processo de licenciamento, até o presente não cabe a exigência desse tipo de estudo. Assinado, Jackson  
117Müller”. Também recebemos um ofício da APA do Banhado Grande, onde a APA solicita através do  
118Ofício n.º 015/06: “Prezado Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo manifestamos as mais sinceras lamentações  
119pela atual crise econômica e ecológica que a comunidade enfrenta, localmente percebida nos  
120remanescentes, nos recentes acontecimentos nas bacias hidrográficas do Sinos e Gravataí. Na Bacia do  
121Gravataí citamos o desastre químico de corrente do incêndio da MVN e o lançamento e lodo da

122orizicultura e na Bacia dos Sinos a agonia da vida decorrente do extrapolamento da capacidade de carga  
123do ambiente fluvial. Optamos pelo caminho da sustentabilidade na Bacia do Rio Gravataí a curto, médio e  
124longo prazo, especialmente na região das suas nascentes protegidas pela Área de Proteção Ambiental –  
125APA do Banhado Grande, criado pelo Decreto n.º 38.971/98, que, aliás, vive momento de consolidação de  
126seu Conselho Gestor, com a ajuda deste egrégio Conselho é que vimos mais uma vez pedir amparo. Tendo  
127em vista que o futuro do Conselho Gestor da APA necessitará imediatamente de recurso para a  
128implantação de uma série de ações mínimas, como Secretaria Executiva, plano de manejo, zoneamento  
129econômico e ecológico, é que solicitamos com a urgência que o tema demanda: 1 – Gestionar junto à  
130SEMA recursos orçamentários para o Conselho Gestor da APA para o ano de 2007. Entendemos que junto  
131ao Governo do Estado o repasse de recursos referentes às medidas compensatórias da instalação e da  
132duplicação da GM Gravataí, que até hoje não foram repassadas à APA do Banhado Grande. Convictos de  
133que a APA demanda de forma fundamental e urgente, corroborados pelos últimos recentes avisos que a  
134mãe-natureza não tem dado, com votos ecológicos nos despedimos na certeza de sua crescente  
135administração, colocando-nos à disposição e no aguardo de uma resposta. Assinado Carlos Marchiori –  
136Presidente da respectiva APA”. Em relação a este assunto eu já comuniquei a pessoas que trouxe o  
137documento e que é responsável pela APA, de que o nosso Conselho aprovou na última reunião o plano de  
138aplicação dos recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente. Portanto, a APA para se beneficiar de  
139algum recurso dessa ordem deverá encaminhar projeto, para isso a nossa Secretaria Executiva  
140encaminhará o assunto ao Fundo Estadual de Meio Ambiente. também encaminharemos uma cópia deste  
141assunto ao Secretário, porque no tocante às medidas compensatórias a Administração é através do  
142Secretário de Estado e do Governador. Conforme diz o Alex é Câmara de Compensação Ambiental, mas o  
143coordenador é o Secretário. Também recebemos o comunicado da ONG INGÁ, que não participará o  
144Cristiano Hickel, mas veio a Suplente. Também recebemos um comunicado da Universidade Regional  
145Integrada do Alto Uruguai das Missões: “Ao cumprimentar cordialmente Vossa Senhoria, vimos através  
146do presente comunicar que a Professora Elizabete Zanin estará impossibilitada de participar da 90ª  
147Reunião do CONSEMA, que se realizará em 26 de outubro. Tendo em vista que a referida Professora,  
148como membro do Comitê Institucional de Avaliação de Projetos, estará participando do 12º Seminário de  
149Iniciação Científica, extensão e pós-graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e  
150Missões, no período de 25 a 27 do corrente, na Cidade de Santiago. Professor Luiz Mário Silveira  
151Spinelli”. Também recebemos o comunicado da Secretaria de Estado do Abastecimento, que de ordem do  
152Sr. Secretário de Estado e Agricultura e Abastecimento, informa que o Sr. Antônio Carlos Jung,  
153Engenheiro Agrônomo da Secretaria de Abastecimento representará esta pasta na 90ª Reunião que  
154ocorrerá no dia 27. Também recebemos a comunicação da representante da Secretaria de Estado de  
155Educação que não poderá comparecer nesta reunião, a Sandra Polino. Mais alguma comunicação que eu  
156não tenha lido? Então, encerramos esta parte da nossa Pauta. Eu tenho mais um comunicado da INGÁ,  
157onde eles comunicam que estará indicando um novo Conselheiro para substituir a Juliane Hallal, passa a  
158ser o Sr. Paulo Brack, o Suplente. Então, também será encaminhado e tomadas as medidas necessárias  
159para a respectiva publicação. **1. Discussão da Ata da 89ª Reunião Ordinária do CONSEMA.**  
160Consideramos que já temos *quorum*, colocamos em discussão a Ata da 89ª Reunião Ordinária deste  
161Conselho. Desde já eu lembro aos Conselheiros que nas páginas 6 e 7, na linha 304, eu como Presidente,  
162depois de aprovarmos a habilitação dos municípios, na manifestação dos nomes, ao invés de eu falar  
163“Município de Barracão” acabei falando “Município de XV de Novembro”. Então, há a necessidade de  
164retificar lá na linha 304, foi minha manifestação errada, mas a Secretaria Executiva já havia-me passado  
165esse assunto no sentido de que isso fosse retificado. Além desta observação, algum Conselheiro encontrou  
166mais alguma alteração necessária? Não havendo manifestação colocamos o assunto em votação. Nesse  
167sentido, quem concorda com a aprovação da Ata da 89ª Reunião, por favor, manifeste-se levantando o  
168instrumento de votação. Votos contrários; abstenções? Três abstenções. Aprovada por maioria. Foi  
169solicitado no início da reunião inversão de Pauta, no sentido de que a gente discutisse o assunto referente à  
170manifestação da FEPAM e da SEMA quanto aos acidentes ambientais ser discutido antes do Item 4. A  
171justificativa da SEMA e da FEPAM é de que eles estão no processo de emergência e que terão que se  
172deslocar para o Vale dos Sinos. Algum Conselheiro é contrário a efetuarmos esta inversão de Pauta? Não  
173havendo manifestação, considero aprovada a inversão de Pauta. **3. Habilitações de Municípios.** O  
174próximo item de Pauta que temos é a Habilitação dos Municípios. Os senhores receberam o  
175encaminhamento de pareceres referentes aos municípios de Cruz Alta, Cacequi, Constantina, Ibiaçá e Davi  
176Canabarro. Existe a solicitação de destaque de algum dos Conselheiros em relação a alguns dos processos?  
177Caso não a haja faríamos a leitura dos cinco processos e depois votaríamos de uma forma unificada. Existe  
178algum destaque? Não havendo manifestação vou chamar o Pieper, da SEMA, Coordenador do SIGA,  
179porque ele faça uma rápida leitura. Nós fizemos uma tabela resumida do relatório que todos os  
180Conselheiros receberam. Então, eu tenho muito cuidado com essa atitude da tabela, porque daqui a pouco

181a gente vai reduzindo cada vez mais a quantidade de informações. Por isso que todos os senhores  
182continuarão recebendo o relatório. Em nível de Plenário estamos fazendo um resumo, porque a gente parte  
183do princípio que todos vocês tomaram conhecimento do relatório. Então, eu solicitei ao Pieper que fizesse  
184uma tabela, que foi passada a todos os Conselheiros para que vocês tivessem um resumo do que já foi  
185encaminhado via Internet. Pieper, por favor. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Obrigado, Presidente. Vou fazer a  
186leitura dos encaminhamentos padrões da Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, que analisou a  
187totalidade desses processos em 28-09 e julgou todos os requisitos técnicos que legais satisfeitos,  
188primeiramente, pela Comissão de Municipalização, como de praxe. E os pareceres dos relatores que foram  
189aprovados na Comissão de Municipalização, foram aprovados também na Câmara Técnica de Gestão  
190Compartilhada, que sugeriu o encaminhamento ao Plenário. Como o Presidente já falou, na verdade, a  
191tabela foi distribuída hoje pela manhã, até porque se encaminharmos a tabela, Presidente, os processos  
192acabam não sendo vistos na íntegra, os pareceres. Então, é apenas para uma facilidade de análise no  
193Plenário. Tendo em vista que no prazo legal foram encaminhados os pareceres integrais. Nós destacamos  
194na tabela que as estruturas mínimas estão atendidas, os requisitos da Resolução n.º 04 igualmente, isso já é  
195comum. E quero dar segurança aos Conselheiros de que isto, inclusive, faz parte de um processo de  
196melhoria contínua à própria apresentação e não há nenhuma pendência em relação aos requisitos mínimos  
197que as resoluções prevêem, a 04 e a 011, nem quanto aos requisitos jurídicos, nem quanto aos requisitos  
198técnicos. Eu posso atentar que apenas para a questão de mapas e zoneamento foram solicitados  
199aprimoramentos aos Municípios de Cruz Alta e Davi Canabarro, com o prazo de 180 dias. Isso não quer  
200dizer que eles não tenham esses instrumentos, eles foram considerados em um primeiro momento  
201suficiente, mas necessitando de aprimoramentos. As equipes estão dispostas aqui na tabela, todos têm no  
202mínimo um licenciador de nível superior, fiscal, competência prevista e designação pelo Executivo, e as  
203equipes multidisciplinares foram todas consideradas suficientes, sendo a de Cruz Alta uma equipe própria  
204e as demais, ou de fundação, ou de associação municipal, ou de consultoria terceirizada conforme o caso  
205ali. Destacamos também que é uma época de debates sobre planos diretores, de lei de diretrizes urbanas. O  
206Município de Cruz Alta é o único entre os 5 que possui Plano Diretor de 2002 e os demais possuem a lei  
207de diretrizes urbanas, que é requisito fundamental também. Os programas e projetos eles atendem aqueles  
208impactos diagnosticados um a um para os municípios, de forma que posso atestar como integrante da  
209comissão e como integrante da Câmara Técnica que todos os preceitos foram observados e estão em  
210condições pelo encaminhamento da Câmara Técnica. Se precisarem de mais esclarecimentos os processos  
211estão à disposição. **Sr. Presidente:** Conselheiros, alguma manifestação? **Sr. Paulo Brack:** Só uma  
212questão em relação se essas equipes estão sendo concursadas, ou se são equipes muitas vezes  
213terceirizadas? Muitas vezes a terceirização no serviço ambiental é muito perverso, porque pelos relatos  
214que eu tenho da universidade, há alunos nossos que trabalham nas prefeituras e vêem isso acontecer. **Sr.**  
215**Presidente:** Neste sentido, Conselheiro, nós nos atemos ao que a legislação permite e dentro do que a  
216legislação permite há uma recomendação no sentido de, se houver a possibilidade, a equipe mínima tem  
217que ser concursada. Agora, a equipe que elaborará laudos e que prestará serviços, considerando que a  
218maioria desses municípios aqui são pequenos, eles acabam-se valendo de terceirização através de  
219associação de municípios, ou de fundação de universidades. Como é o caso aqui, nós temos a  
220RONDATEC, que é ligado à universidade. Então, a AMUNOR é uma associação de municípios que  
221contratou uma equipe técnica e já está trabalhando em toda a região, e a AMBITEC da mesma forma é  
222uma Entidade dessa forma. Agora, por outro lado, fica evidente aqui que os cinco licenciadores neste caso  
223são de nível superior, porque de uma forma geral nós até temos isso colocado, que não há a  
224obrigatoriedade, mas o ideal é que seja. Então, veja bem, no caso desses cinco processos nós estamos  
225diante de cinco municípios onde o licenciador é de nível superior. A legislação não obriga que seja de  
226nível superior, o licenciador é uma pessoa indicada e que vai exercer a função de assinar as licenças, claro,  
227ele tem que ter um conhecimento e, necessariamente, vai ter que se valer de laudos técnicos. A Resolução  
228n.º 237 do CONAMA colocou isso e a nossa Resolução n.º 04/00 também coloca dessa forma. Então, eu  
229não gostaria de voltar a discutir esse assunto hoje, podemos na próxima reunião discutir a 04, o critério  
230que nós temos usado até hoje é esse, caso a gente opte em fazer outro critério a gente vai ter que discutir  
231isso lá na Resolução n.º 04. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Sr. Presidente, desses cinco nenhum desses  
232profissionais o vínculo é a terceirização, nem mesmo a contratação emergencial, todos eles o vínculo é de  
233cargo em comissão e alguns deles, como está destacado, concurso e alguns com concurso em andamento.  
234**Sr. Presidente:** Mais alguma manifestação? Srs. Conselheiros, vejam que nós estamos diante de dois  
235enormes municípios, dos maiores que nós temos no Estado. Cruz Alta é o nosso Centro do Estado e  
236estamos habilitando mais um dos municípios, dos 42 que nós temos no Estado com mais de 50 mil  
237habitantes. Acho que agora a gente desceu de 20, porque, por incrível que pareça, a gente tem uma  
238estatística de que os municípios pequenos buscam habilitação e os grandes nós estamos tendo uma  
239dificuldade. Este Município de Cruz Alta é um desses 42 que tem mais de 50 mil habitantes. Nós temos

240conversados muito, eu, o Jackson, o Dr. Ferrari, de que esses municípios grandes nós não temos mais  
241desculpas que tudo recaia sobre a FEPAM. Eu acho que sobram 19 agora dos municípios com mais de 50  
242mil habitantes que não estão habilitados. Eu entendo que seja uma prioridade deste Conselho, de forma  
243que esses municípios assumam a gestão ambiental. **Sr. Niro Afonso Pieper:** São 18 municípios. **Sr.**  
244**Presidente:** Vejam, são 18 municípios com mais de 50 mil habitantes e que esses processos desses  
245municípios todos estão caindo na mão da FEPAM. Então, essa é a preocupação. Os 42 municípios  
246somados dá em torno de 8 milhões de habitantes, quer dizer, 80% da população do Estado. Claro, com  
247esses cinco agora nós fechamos 144 municípios habilitados, agora, vejam que a prioridade nossa seria  
248mais esses 18 municípios, se tivéssemos que escolher uma prioridade. Talvez até nós poderíamos fazer  
249uma convocação a esses 18 prefeitos que faltam e fazermos uma reunião no sentido de incentivá-los.  
250Vamos ver-se vencemos essa barreira até a metade do ano que vem. Então, efetuados os comentários,  
251considerando que não há novas manifestações, entramos em regime de votação. Os Conselheiros que  
252concordam com a habilitação desses cinco Municípios, por favor, quem é a favor que se manifeste  
253levantado o crachá de votação. Votos contrários? Um voto contrário. Abstenções? Então, aprovado por  
254maioria com um voto em contrário. Neste sentido está aprovada a habilitação dos Municípios de Cruz  
255Alta, Cacequi, Constantina, Ibiaçá e Davi Canabarro. O próximo assunto de Pauta é uma manifestação da  
256FEPAM a respeito das emergências ambientais e acidentes ocorridos em 2006. Nesse sentido passo a  
257palavra ao Presidente da FEPAM, que vai dividir o tempo com o Jackson. **5. Manifestação da FEPAM a**  
258**respeito das emergências ambientais e acidentes ocorridos em 2006. Sr. Antenor Ferrari:** Sr.  
259Presidente do CONSEMA, Conselheiros, eu gostaria que o Jackson, com o auxílio do Mauro, pudesse  
260fazer uma exposição sobre o que ocorreu. Aos poucos nós vamos intervir para, se for necessário, colocar  
261algumas situações, mas é importante que se faça, tecnicamente, uma exposição sobre o que ocorreu para  
262que os Conselheiros posam ter segurança sobre tudo aquilo que estamos vivendo nesses últimos dias. Isso  
263tudo mobilizou a FEPAM, mas, sobretudo, o nosso Estado, em um desastre ambiental muito grande e que,  
264com todo o respeito que temos ao CONSEMA, estamos agora expondo e também ouvindo depois as  
265opiniões para que possamos como Instituição tomar as medidas que o Conselho achar necessário. Então,  
266por favor, Jackson e Mauro, façam as suas exposições. **Sr. Jackson Müller:** Bom-dia, saudamos a todos  
267os Conselheiros presentes, nossos colegas da FEPAM. Idéia é fazer uma apresentação sobre este episódio  
268que mobilizou todo o Estado, passar as informações do episódio que envolve a situação do Rio dos Sinos e  
269que tem relações, por sua vez, com a Bacia do Gravataí. Isto mobilizou toda a Instituição, até pela  
270dimensão que tomou e o que trouxe como consequência em termos de uma grande mortandade que atingiu  
271sem precedentes essa bacia. Eu queria aproveitar e contar um pouco da história da bacia, até para a gente  
272entender a situação do rio e o episódio da mortandade. A Bacia dos Sinos é composta por 32 municípios, o  
273rio tem as suas nascentes localizadas no Município de Caraá, são 190 Km de extensão até a foz no Delta  
274do Jacuí, em Canoas. A bacia ocupa uma área pequena do Estado, 1,5% do total, mas conta com 1.300.000  
275habitantes e tem 3.820 Km<sup>2</sup>. O rio tem três trechos, o trecho superior, o médio e o inferior. Aqui uma foto  
276das nascentes do Rio dos Sinos no Município de Caraá, que nesta localidade temos uma APA, a APA Rio  
277dos Sinos, de 5.000 hectares. É um lugar magnífico onde o rio tem o seu nascedouro. Dentro dessa  
278situação do rio nós temos identificado alguns fatores importantes, o episódio da mortandade atingiu o  
279trecho inferior. Na imagem do satélite a gente pode ter uma distribuição mais didática do trecho superior  
280do Município de Caraá, até abaixo de Santo Antônio da Patrulha. E Santo Antônio da Patrulha até campo  
281Bom é o trecho médio e o trecho inferior de Campo Bom até o Delta do Jacuí. A questão dos usos  
282múltiplos das águas na bacia foi palco de muitas discussões ao longo do tempo, eu fiz parte do Comitê  
283Sinos pelo menos os últimos 15 anos. Lá nós tínhamos uma discussão muito forte associada à questão da  
284qualidade das águas. Durante muito tempo se discutiu, avançou, a região tem uma experiência positiva na  
285implantação de sistemas de abatimento e tratamento de efluentes industriais. E nos últimos 3 a 4 anos nós  
286passamos a conviver com um fenômeno novo, a questão da quantidade da água no Rio dos Sinos. Essa  
287discussão é recente, mas tem despertado preocupação não só da FEPAM como dos outros órgãos de  
288Governos. Mais uma foto das nascentes, a biodiversidade na bacia é muito bonita, o Rio dos Sinos ainda  
289guarda um componente de biodiversidade expressiva. Os conflitos que nós tivemos recentes, dentro da  
290história da quantidade de água, intensificaram-se com a instalação na posição alta da bacia de uma série de  
291lavouras de arroz, que ampliaram essa questão do abastecimento e do uso da água do rio. Só que o Rio dos  
292Sinos não é um rio caudaloso, é um rio que tem uma vazão média relativamente baixa, tem um trecho de  
293grande planície, praticamente dois terços do seu percurso é em região, relativamente, plana e tem três  
294contribuintes mais expressivos: o Rio Rolante, o Rio da Ilha e o Paranhama, que drena a região de Canela,  
295Gramado, contribuindo com a Barragem do Salto, a manutenção de certos níveis. Nós temos muitas  
296discussões com o setor irrigado, avançou bastante nesse aspecto, implementou medidas efetivas de  
297controle do uso da água, mas é uma região que precisa de uma observação continuada. Nós temos muito  
298para avançar no manejo do uso de agrotóxicos, porque a mesma mesa que prepara o veneno é aquela que

299serve o almoço. Essa cultura que nós temos dentro da nossa realidade estadual precisa ser, efetivamente,  
300monitorada e qualificada. Esta é uma foto do Sinos em janeiro de 2005, nós estamos vivendo um processo  
301de antecipação da redução da vazão, inclusive, a vazão ecológica do rio. Em 2003 nós tivemos esse  
302fenômeno, de fevereiro para março, em 2004 aconteceu em fevereiro também, em 2005 em janeiro e em  
3032006 está em outubro batendo a nossa porta. Esta é de 2006, só para mostrar que se repetiu o fenômeno,  
304como essa questão tem-se intensificado na bacia e a manutenção da vazão ecológica é fundamental para o  
305rio. As intervenções em alguns aspectos foram desastrosos, modificou-se os banhados que interferem no  
306regime hídrico do rio. A FEPAM tem atuado de forma intensa nessa região, os municípios também têm  
307um trabalho de fiscalização muito importante. Discute-se, efetivamente, a possibilidade de manter os  
308plantios naquela região, com o uso do rio, com a irrigação, com a água retirada do rio, desde que se pense  
309também na capacidade de reservação dessa região. Nós temos períodos em que há bastante água  
310disponível e outros onde a situação é mais crítica. A questão mineral também é importante na bacia, nós  
311estamos entendendo que é preciso fazer uma discussão mais profunda sobre a realidade mineraria da bacia  
312do Sinos. A piracema no Sinos é um fenômeno interessante, nós já havíamos nos manifestado ao IBAMA,  
313informando que a piracema no Sinos começa em outubro, mas agora temos certeza disso que estávamos  
314dizendo. Talvez essa tenha sido a pior maneira de descobrir isso. A questão do resíduo jogado no rio, essa  
315rede ficou esticada durante 15 dias no Rio dos Sinos, na porção de Novo Hamburgo. Esta foto é do quarto  
316dia, nós tiramos 4 toneladas de lixo desse local, além de vários animais mortos em decomposição. Esta é  
317uma foto da estiagem de 2005, em Novo Hamburgo, quando a estiagem revelou que toda a sujeira que a  
318sociedade produz joga no leito dos rios. O Rio dos Sinos não é diferente de muitos outros do Estado. A  
319questão dos esgotos, foi identificada como uma grande prioridade a necessidade de tratar esse esgoto  
320doméstico que vai ao rio sem um tratamento objetivo. Esta é uma foto do Canal João Corrêa, em São  
321Leopoldo, 1 Km acima da mortandade que aconteceu no dia 8. Os depósitos de areia também, tem 47  
322depósitos situados, que estamos combinando uma ação conjunta para a regularidade deles. Em janeiro  
323deste ano nós tivemos uma pequena mortandade identificada na foz do Arroio Luiz Ralp e Arroio  
324Gauchinho, na divisa de Novo Hamburgo com São Leopoldo. Foi uma movimentação gerada, inclusive,  
325por esse mesmo fenômeno que atingiu o vale ontem em função da enxurrada. Os conflitos de uso do  
326passado onde temos uma série de situações envolvendo a capacitação e o lançamento de despejos do rio e  
327a situação do presente que hoje bate a nossa porta com mais intensidade. Agora, entrando na mortandade,  
328iniciamos as movimentações através do Serviço de Emergência Ambiental no dia 7, no final da tarde,  
329quando recebemos informações de que havia uma mortandade no Sinos. Através da fiscalização do  
330Município de São Leopoldo essas informações davam conta do início de uma mortandade ainda no final  
331da tarde de sábado. No domingo pela manhã nós já colocamos o equipamento no rio e começamos a  
332percorrer alguns trechos, identificando uma das maiores tragédias dentro do Sinos. Aqui nós percebemos  
333uma alteração dessa parte da foz do Arroio Portão, havia um grande banhado que foi drenado por essa  
334lavoura, essa lavoura está sendo atuada pela FEPAM. Essa mudança no comportamento do Arroio Portão  
335levou a um deságüe em um ponto alto do Sinos e dia 8 nós já iniciamos um trabalho de fiscalização,  
336identificando lançamentos no Município de São Leopoldo. Está é uma das foz do Arroio Portão, ele tem  
337três, esta é a modificada pela lavoura, aqui já se iniciava a mortandade de peixes. No ponto um a gente  
338identificava essas formações de peixes mortos quando atingimos a parte da foz principal, aí bateu o  
339desespero, porque a coisa tomou uma dimensão muito grande. O Rio dos Sinos ficou com praticamente 15  
340Km de extensão coberto com esse peixe morto, o que gerava uma resposta rápida e necessária no sentido  
341de conter e retirar essa grande quantidade de peixes que morreram. Esta é a única mancha que desceu o  
342rio, foi dada uma informação de que seria o dobro da quantidade retirada. Na verdade, esta é a única  
343mancha que se estendeu abaixo do Passo do Carioca, onde instalamos a barreira de contenção. Aqui é a  
344concentração de peixes acima, formavam as manchas nas margens, vejam a coloração escura do rio.  
345Então, iniciamos todo um trabalho no dia 9, já na parte da manhã, organizando as intervenções. Nós  
346instalamos uma barreira no Passo do Carioca, atrás do Parque Zoológico, e outra barreira junto ao  
347Pesqueiro, exatamente para conter esse peixe e evitar que essa mortandade e a sua decomposição  
348pudessem gerar um efeito secundário no rio, gerando novas mortandades. É dramática a intervenção que  
349nós tivemos que fazer. O biru foi a espécie mais atingida, 80% do peixe que morreu nesse trecho. Nós  
350tivemos que adaptar procedimentos envolvendo barcos, equipamentos que foram cedidos pelas prefeituras,  
351exatamente para poder tirar essa grande quantidade. Foram 85 toneladas de peixes removidos. A polícia  
352civil instaurou um inquérito policial para investigar essa questão toda. A FEPAM realizou a coleta de  
353efluentes, a coleta de sedimentos. Nós fomos impedidos de divulgar algumas das empresas atuadas. Aqui  
354nós realizamos, então, todo um trabalho de investigação, sobrevoamos toda a bacia do Arroio Portão e o  
355trecho atingido no do Sinos, identificando o parque industrial, onde a FEPAM concentrou o trabalho de  
356investigação. Aqui é a unidade que foi atuada, a receptora de resíduos industriais que atende  
357praticamente 2 mil empresas no Vale dos Sinos e fora do Vale dos Sinos, que é a lavoura que está

358desenvolvendo essa atividade de modificou o canal do Arroio Portão. Aqui as principais espécies que  
359foram atingidas, foram 16 espécies identificadas nessa mortandade até o momento. A gente procurou  
360registrar, inclusive, achamos duas exóticas ali, a tilápia e a carpa como componentes do Sinos. A partir  
361dessa crise que se instalou na Bacia dos Sinos a FEPAM emitiu a Portaria n.º 87, no sentido de envolver as  
362instituições que de certa forma participaram não só da constituição da situação do Rio dos Sinos, mas, de  
363outro lado, podem ter um envolvimento efetivo nessa causa de mortandade. A portaria envolve a  
364necessidade de redução da vazão licenciada das empresas situadas na bacia do Arroio Portão em 30%,  
365acompanhando essa questão da vazão do Rio dos Sinos. Aqui para mostrar os trabalhos de fiscalização  
366industrial que a FEPAM desenvolveu de 2004 a 2006, praticamente temos um fiscal na Bacia do Rio dos  
367Sinos todos os dias. Aqui para mostrar a quantidade de autuações que nós realizamos de 2004 a 2006 só  
368na Bacia do Rio dos Sinos, foram 313 atividades autuadas nos diversos municípios, para mostrar que a  
369FEPAM está presente. No domingo, no dia 8, nós realizamos algumas incursões junto ao Arroio Portão,  
370em Instância Velha. Aqui nós temos alguns dados da qualidade do Rio dos Sinos, que mostram essa  
371diminuição da qualidade do rio ao longo do tempo. Aqui o índice de qualidade ambiental do Rio dos Sinos  
372com dados parciais de 2006, mostrando que das nascentes, em direção a Canoas, nós temos dois pontos  
373críticos, que é o Arroio Luiz Ralp, no Município de Novo Hamburgo, o Arroio Portão, na conjunção de  
374Portão, São Leopoldo e Sapucaia, onde nós temos os níveis mais críticos da qualidade do Sinos. Na noite  
375de ontem nós tivemos uma mortandade, que foi causada pela vazão gerada pela chuva torrencial, que  
376atingiu Novo Hamburgo e São Leopoldo, transportando para o Rio dos Sinos uma carga poluidora  
377excedente, o rio está com um nível baixo e uma quantidade de oxigênio dissolvido bastante prejudicada.  
378Então, ele não tem capacidade de fazer a alto depuração, isso acaba gerando novas mortandades de peixes.  
379**Sr. Presidente:** Só um comentário sobre este quadro, isto aconteceu ontem, mas vai acontecer uma  
380tragédia maior, porque o nível de oxigenação nesta tabela está caindo desde 93, e pelo que eu estou  
381observando os dois pontos críticos da bacia hoje que se tiver que fazer um trabalho imediato. **Sr. Jackson**  
382**Müller:** É o Ralp e o Portão. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Todos estão baixando. **Sr. Jackson Müller:**  
383A grande questão que associa esses dois pontos é a concentração populacional, são municípios que têm  
384uma expressão industrial, ou um contingente populacional. **Sr. Presidente:** No Arroio Portão tem  
385concentração habitacional? **Sr. Jackson Müller:** Tem. Eu vou chegar lá, só quero passar esses dados.  
386Aqui é o dado de DDO5, que mostra isto que a gente está dizendo, Valtemir, o Luiz Ralp e o Arroio  
387Portão tem sempre os seus níveis de carga orgânica bastante expressivo, destacam-se dos demais pontos  
388de monitoramento na bacia. Aqui nós temos associação com a quantidade de coliformes fecais, também,  
389que tem chegado ao rio, percebe-se a consonância entre o dão da DDO5 e a carga de contaminação nos  
390dois arroios como sendo pico. Há um crescente de contribuição mostrando a necessidade de investimentos  
391na área de saneamento, principal fator de contaminação identificado não só pela FEPAM, mas pelo  
392próprio Monalise e pelo Comitê de Bacias como sendo uma das prioridades a questão do esgoto  
393doméstico. Aqui é uma comparação da questão da condutividade, que é um dos parâmetros que nós  
394monitoramos com mias intensidade para identificar a origem dessa carga poluidora. O rabisco em  
395vermelho é a foz do Arroio Portão, então, você tem uma condutividade sempre muito alta, significa dizer  
396que a quantidade de sais que está entrando ali é bastante expressiva. Em comparação com a do Gravataí,  
397que é a verde debaixo. Então, a natureza da poluição do Gravataí e do Portão são bastante distintas nesse  
398aspecto. Aqui nós temos os dados de alguns parâmetros que foram monitorados, desde o dia 03-10,  
399identificando exatamente. Eu queria chamara a tenção para a foz do Arroio Portão com relação ao  
400oxigênio dissolvido que se vê pontos próximos a zero do oxigênio dissolvido na foz do Arroio Portão. “O  
401Rio que Temos” é um trabalho que o comitê desenvolve há muito tempo, identificando a criticidade  
402abaixo de Taquara, sendo classificado pela Resolução n.º 357, do CONAMA, que veio da 2086, como um  
403rio de classe 4 para alguns parâmetros, identificando a necessidade de investimento nesse setor crítico. E  
404“O Rio que se Quer para a Bacia” é uma mudança na classificação dessas águas a partir de investimentos  
405na área de saneamento. Aqui são os trabalhos de fiscalização durante a crise. A FEPAM emitiu esta  
406portaria, também, de certa forma notificando os municípios para que apresentem em 180 dias um plano de  
407saneamento, que vise agregar as discussões que já estão em andamento dentro do Comitê. A intenção é  
408envolver toda a sociedade nesse debate, não apenas o setor empreendedor. Aqui nós temos uma síntese das  
409empresas que foram autuadas, sendo que três delas entraram com liminares com foram concedidas pela  
410justiça do Município de São Leopoldo, impedindo a FEPAM de divulgar os seus nomes. Nós totalizamos  
411R\$ 1.217.000,00 em multas aplicadas a essas seis empresas, há outras que estão sendo investigadas. Aqui  
412algumas das ações que nós desencadeamos enquanto órgão ambiental. Nós estamos buscando uma ação  
413civil pública para a reparação dos danos, o monitoramento continua, isso já gerou, inclusive, uma resposta  
414mais rápida para uma nova mortandade que se anunciava na terça-feira, em conjunto com o Comando  
415Ambiental da Brigada Militar, a Defesa Civil Estadual, os municípios da bacia. Foi constituída uma força-  
416tarefa através de decreto do Governador, que está formatando ações a curto, médio e longo prazo para a

417bacia, associando-se a outros movimentos que já existem. Aqui é um agradecimento, que é importante  
418fazer, aos municípios que se envolveram, nós não tivemos essa oportunidade na apresentação junto ao  
419Comitê, mas é importante resgatar esta participação das prefeituras, que não mediram esforços para  
420auxiliar durante a crise, em especial. Contamos com todo o apoio fornecido pelas prefeituras, Esteio  
421contribuiu, São Leopoldo, Novo Hamburgo entrou com equipamentos, com motor, com servidores,  
422Campo Bom também, a PETROBRÁS, o Grupo Gerdau, que tem-nos dado um suporte de campo bastante  
423importante. A Brigada Militar foi incansável em todas as operações que fizemos de forma conjunta. E  
424destacar o trabalho dos operadores que passaram conosco cinco dias movimento 85 toneladas e peixe em  
425decomposição, que é um cenário bastante dramático que a gente teve que enfrentar. Essa situação parecia  
426que tinha diminuído, quando, na verdade, na terça-feira, nós recebemos uma série de ligações que  
427apontavam essa situação, em Esteio agora. O Rio dos Sinos naquele trecho estava preto na superfície. Essa  
428questão da baixa vazão do rio e a baixa quantidade de oxigênio dissolvido, associado a um intenso período  
429de piracema, é impressionante ver o que está subindo de peixe proveniente do Jacuí e o Rio Guaíba. E  
430essas espécies, nós só as residentes, mas aquelas que acompanham os cardumes, vêm aos milhares subindo  
431o rio. E na terça-feira nós identificamos um trecho crítico, onde os cardumes chegavam entre Esteio e  
432Sapucaia, e ali o oxigênio estava próximo de zero. Era impressionante, porque era um trecho de um  
433quilômetro e meio de rio, logo acima o peixe mergulhava de novo e o oxigênio melhorava um pouquinho.  
434Então, mobilizamos todo um conjunto de estruturas, mobilizamos as dragas que entraram com seus  
435equipamentos, proporcionado a movimentação da água, o que ajudou a melhorar. Aí é a história do beija-  
436flor que foi apagar um incêndio na floresta, nós temos tivemos uma série de beija-flores que entraram em  
437ação nos depósitos, contribuindo com aquela estrutura que eles tinham disponíveis. Nós testamos um  
438equipamento que se tornou extremamente eficiente, que são compressores injetando ar no Rio dos Sinos  
439através de tubulações presas ao fundo e que melhoraram naquele trecho crítico, terça-feira, permitindo que  
440saímos do 03 miligramas por litro e conseguimos atingir 1,5 miligramas, ainda na tarde de terça-feira. A  
441PETROBRÁS nos ajudou fornecendo aeradores, que instalamos no trecho crítico do rio, que nos permitiu  
442também melhorar a condição da qualidade da água. Esta é a matéria que foi destaque da Zero Hora,  
443identificando a situação dramática que enfrentamos de terça-feira até hoje, estamos com ela ainda em  
444andamento. Tivemos essa mortandade no trecho de São Leopoldo, até às 11 horas estávamos  
445acompanhando o rio e hoje de manhã já estamos transferindo para aquela porção alta um dos aeradores,  
446que visa diminuir essa falta de oxigênio, em função da enxurrada que atingiu São Leopoldo e Novo  
447Hamburgo hoje. O que se verifica, na verdade, é um rio com baixa vazão, nós estamos tendo uma  
448antecipação do processo de estiagem já agora em outubro, o que identifica uma mc de integração dos  
449diversos órgãos. O Secretário Dilda informa que a Portaria n.º 30, do Conselho Estadual de Recursos  
450Hídricos deve ser estendida na sua dimensão de evitar a captação de água no rio. Para o Rio dos Sinos  
451aumentar o seu nível tem que chover nas nascentes, senão ele não tem capacidade de reposição dessa  
452vazão. Então, estamos trabalhando no sentido de gerenciar este momento de crise que se anuncia para o  
453Sinos, e de certa forma transfere também o mesmo tipo de criticidade para o Rio Gravataí. Através do  
454decreto do Governador nós instituímos um grupo de trabalho caracterizando essa situação de risco nas  
455duas bacias e estamos mobilizando a sociedade do Vale do Sinos, os Comitês de Bacias, as empresas que  
456estão entrando com equipamentos justamente para gerenciar este momento atual que nos desafia enquanto  
457gestores de um rio tão importante, tão preponderante na Bacia do Sinos, inserido a região metropolitana. O  
458Mauro pode falar um pouco das outras atividades que a FEPAM vem desenvolvendo no serviço de  
459emergência, o Ênio está aqui, podem fazer algum comentário. Muito obrigado e essas seriam as  
460informações preliminares que temos para dar. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Depois eu posso preparar  
461uma palestra com dados em Power Point. A FEPAM possui um Serviço de Emergência Ambiental desde a  
462sua criação, já existia antes quando era Departamento do Meio Ambiente ainda. Ele funciona com o grupo  
463de 8 pessoas, 24 horas por dias, 7 dias por semana, com acionamento via as Entidades da Defesa Civil.  
464Como não temos capacidade de manter um maior número de empregados com telefone, tipo três dígitos, a  
465FEPAM é acionada sempre através da Defesa Civil, seja pelo Corpo de Bombeiros seja através da Defesa  
466Civil, seja através da Secretaria de Meio Ambiente, enfim. Como regra temos sido acionados pelos  
467incêndios a indústrias, os acidentes rodoviários são os principais acidentes que atendemos. O sistema  
468funciona nesse sentido muito bem. Eu tenho toda uma palestra de meia hora sobre o Serviço de  
469Emergência, mas nós estamos com problema no Rio dos Sinos. Então, Conselheiros, se nós pudéssemos  
470falar sobre o Serviço de Emergência em outra ocasião, mas 80% dos nossos atendimentos no Serviço de  
471Emergência são acidentes com produtos químicos em rodovias. Nós temos um caso interessante que  
472estamos vendo com a Saúde, de zonas contaminadas por acidentes químicos, onde pessoas estão  
473recebendo água potável por caminhões-pipa. **Sr. Presidente:** Mauro, então, eu convidaria a FEPAM  
474novamente para próxima reunião, que aí a gente pudesse fazer um relato, porque são vários casos, a gente  
475vê pela imprensa, mas a gente sabe que a FEPAM está lá. O Conselho gostaria de tomar conhecimento de

476um relatório, de um trabalho dessa maneira. Outra apresentação que eu entendo que deveria ser fito é o  
477caso de Cachoeirinha, que houve um incêndio e quais as medidas foram tomadas, o que mudou nesse  
478quadro do momento que aconteceu o sinistro até agora. E a gente sabe que vocês detectaram através da  
479Fundação que alguns pontos do Estado que, ambientalmente falando, são de alto risco. A gente sabe que  
480em relação à agricultura há alguns municípios do norte do Estado que tem um uso excessivo de  
481agrotóxicos, em função disso se torna um local de risco. Nós temos o caso de Rio Grande e Pelotas, que há  
482anos nós temos todo um cuidado, porque a área é ambientalmente considerada de alto risco. Então, eu  
483entendo que o Conselho gostaria de tomar conhecimento dessas ações que a FEPAM faz e convido a  
484Emergência, junto com o Jackson, para que na aproxima reunião a gente abra um novo espaço para fazer  
485uma apresentação desse contexto. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Eu queria, então, só fazer um  
486comentário sobre a situação que realmente está ocorrendo no Rio dos Sinos. Ontem fizemos mais um  
487sobrevôo na região, a gente nota a questão do esgotamento sanitário, a baixa vazão do rio em relação a não  
488acúmulo de água nas suas nascentes banhados. Nós estamos vendo que isso é um problema muito sério em  
489um trecho muito curto. Ontem o rio flocolava, eu nunca tinha visto isso, entre a BR 116, em Novo  
490Hamburgo, e o Arroio Gauchinho. Então, nós temos muito dessa cena aqui em Canoas, em Sapucaia. Nós  
491temos um sistema semelhante a esse acima da área da Charlau, temos um sistema semelhante a esse em  
492São Leopoldo, logo acima de João Corrêa. Esse sistema de bombeamento está com a COMUSA, ou seja, o  
493esgoto vem pelos canais, acumula ali e tem um sistema e bombeamento que por batelada joga o esgoto no  
494rio. Isso ocorre dependendo da altura do rio, às vezes pode estar saindo por gravidade, em João Corrêa,  
495por exemplo, funciona por gravidade neste tanto porque o rio está muito baixo, as comportas estão abertas  
496largando esgoto. Como tem todo um sistema de dique, como o rio está muito alto, o dique fecha, quando o  
497esgoto está próximo a entrar de volta para as vilas naquela região do dique, que é uma região muito baixa,  
498as sete bombas funcionam e jogam por batelada o esgoto em grande quantidade para o rio. A quantidade  
499de esgoto que se lança é de 1 milhão de pessoas, 100 milhões de litros por dia que se lança nesse trecho  
500muito curto de São Leopoldo e Canoas. Será um prazer fazer uma apresentação completa do Serviço de  
501Emergência posteriormente. **Sr. Ênio Leite:** Presidente, eu vou apresentar em 5 minutos o resumo do que  
502eu apresentei na reunião do Comitê Sinos, que, infelizmente, já estava esvaziada, porque quando não se  
503anunciou o nome das empresas acho que 80% das pessoas foram embora. Eu quero dizer justamente isso,  
504que vocês não encarem a questão do Rio dos Sinos como um episódio isolado. Ao longo de 26 anos atendi  
505várias mortandades, algumas grandes, outras menores, é constante. Este gráfico aqui mostra vários pontos  
506de coleta no Rio dos Sinos, desde a nascente até Canoas. A cada ponto de coleta, cada barra dessa é a  
507média anual encontrada de oxigênio dissolvido, nós temos coletas mensais no Sinos. Claro, o oxigênio  
508diminui na medida em que você desce o rio, mas o que destaca é que em todos os pontos do Rio dos  
509Sinos, da nascente até Canoas, o oxigênio está caindo ano a ano. Então, está mostrando isso, queira ou  
510não. A primeira coisa que se pensa é a questão da vazão, que está diminuindo em todo o Rio dos Sinos, e  
511outra questão que rouba o oxigênio é a concentração de matéria orgânica, seja doméstica ou industrial.  
512Então, nós podemos ver ali que o Rio dos Sinos, na verdade, está baixando o oxigênio como um todo, ou  
513seja, está morrendo como um todo. Um rio não morre inteiro, no nosso caso ele está morrendo em um  
514trecho de meio, ou seja, vai impedir piracema, vamos ter novas mortandades, porque a cada ano está pior.  
515Nós podemos ver na tabela a média de matéria orgânica no Arroio Ralp, no Arroio Portão, olhem como  
516também vem aumentando, em todos pontos, ou fica igual, ou aumenta, ou seja, não é só indústria e não é  
517só esgoto doméstico, nós temos o problema da retirada de água, que concentra mais ainda a matéria  
518orgânica, por consequência, a retirada de oxigênio. Aqui temos a tabela dos coliformes, o limite da  
519legislação do CONAMA é 4 mil. Então, vocês podem ver que esses dados em média estão ultrapassados.  
520Arroio Luiz Ralp alcança médias em torno de 200 mil de média, o limite é de 4 mil. E o Arroio Portão  
521vem aumentando, deu um pulo a partir de 98, já está alcançando médias de 100 mil. Isso vai, estende-se  
522pela região metropolitana. Eu acho que era isso, presidente. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Existe dado do  
523Rio Paranhama? **Sr. Ênio Leite:** No Pró-Guaíba ele era monitorado só na captação da CORSAN, esses  
524dados estão com a CORSAN. O que eu tenho é um trabalho de índices de qualidade do Paranhama no  
525ponto da CORSAN, mas é ela que me dá os dados. Eu tenho do paranhama, mas aí entrando no Sinos, do  
526Paranhama só a CORSAN que tem esses dados. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Aí tem uma qualidade  
527melhor? **Sr. Ênio Leite:** Sim, aí vamos falar do oxigênio, você tem matéria orgânica que impeça ali  
528metade de Gramado, a metade de Gramado desce ali, mas é um rio de corredeiras, tem agitação. Vocês  
529viram que agitando a água do rio você tem oxigênio, tem que bombear um arzinho para ter oxigênio. **Sr.**  
530**Presidente:** Mais alguma manifestação? **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Presidente, Srs. Conselheiros, eu  
531fiz a pergunta do Paranhama porque a gente tem uma vivencia na irrigação e sabe muito bem que  
532reservação de água é extremamente importante. Onde tem a transposição de bacia e água reserva pode  
533reter melhor o abastecimento e a qualidade. Então, a gente pegar muito a questão de estudo, estudo e as  
534coisas práticas estão aí ensinando o que a gente pode fazer. Tu colocaste muito bem, a audiência é o meu

535ponto, porque a população estava ali esperando no nome das empresas e aqui não transparece que as  
536coisas foram só em cima de nome de empresas. Então, parece que a coisa foi transferida para cima de um  
537problema industrial, enquanto as coisas muito mais sérias estão dentro da rede de tratamento de esgotos.  
538Eu fiquei preocupado com essa situação e também fiquei reocupado com duas situações colocadas, a  
539primeira foi quando saiu uma portaria da FEPAM e redução de 30% do esgoto industrial nessas empresas,  
540assim, estanque. Claro, quem sabe do problema da agricultura sabe da vazão do rio, e a portaria é essa que  
541nós já viemos trabalhando há duas safras, da irrigação, onde fala em bombear por 48 horas. Nós estamos  
542parados, 100% da lavoura está parada no Rio dos Sinos e no Gravataí praticamente, hoje mesmo deve ser  
543prorrogado por mais 48 horas, então, nós temos que cumprir. Preocupa-me quando é dado 180 dias para os  
544municípios e os municípios estão dizendo que não vão fazer. Por que não saiu uma ação em cima da  
545questão do abastecimento? Por que não existe uma campanha de redução de consumo nas cidades? Ou  
546seja, mais uma vez as cidades estão ficando, estão passando e nós não estamos dando bola para isso. A  
547culpa é do esgoto público e as cidades não estão trabalhando em cima de redução, parar de lavar carro, de  
548lavar calçada. Todos os anos eles falam isso, mas, infelizmente, a questão cai em cima da atividade  
549privada. Era isso, Presidente, desculpa, mas é que a gente acompanha e fica preocupado com essa  
550situação. **Sr. Antenor Ferrari:** Essa exposição feita foi bem clara, representa também uma posição  
551harmoniosa e uniforme da FEPAM. Todos os nossos profissionais que trabalham na área comungam da  
552mesma posição, essa é uma discussão interna que o Jackson coloca, que é resultado de estudos que foram  
553feitos como um todo. Portanto, não resultados isolados, uma posição de um ou outro servidor nosso, é do  
554conjunto da Instituição. Fala-se que com a posição unânime e harmoniosa, de maneira que também  
555estamos à disposição para responder os questionamentos que os Conselheiros tiverem. Ocorre também  
556uma proposta com o Renato, na verdade, que tem conversado conosco nos últimos dias, que o Ênio  
557comunga com a mesma proposta, o Jackson, também o Mauro, a gente está conversando que os arrozeiros  
558daquela região estão utilizando a água do rio, que é normal, que agora está suspenso pela Portaria do  
559Secretário. Nós poderíamos pedir para eles uma colaboração agora inversa, que ao invés de puxar água  
560eles aproveitem os seus equipamentos para poder fazer com que a água fique em volta, para que possa  
561fazer circular a água naqueles locais, para permitir a oxigenação, que, também, é uma iniciativa inédita,  
562esse trabalho que o Jackson, o Mauro, toda a FEPAM fez. Isso foi fruto da observação de que seria  
563possível movimentar a água para oxigenar, para evitar a mortandade no outro dia. Quer dizer, foi em cima  
564daquela possibilidade de nova mortandade que surgiu a idéia de movimentar a água para oxigenar. Então,  
565agora surge essa proposta, que é interessante, para que esses arrozeiros dêem a contribuição para fazer o  
566inverso, devolver para o rio e movimentação das águas com os seus equipamentos. Seria essa a proposta  
567que se tem, que é uma colaboração que os municípios estão fazendo conosco e as empresas daquela região  
568estão fazendo. Então, também se poderia pensar nisso, Ivo. O Ivo estava conversado conosco sobre isso,  
569então, que a sua instituição também a partir deste momento desse essas informações para os seus  
570associados, para contribuir com a oxigenação da água enquanto esse problema está persistindo. Nós  
571fiamos, então, à disposição para as perguntas que acharem necessárias. **Sr. Presidente:** Eu agradeço a  
572colaboração, podemos até colocar em votação, mas entendo que não haverá manifestação em contrário em  
573relação a uma posição dessa, mas entendo também que nós temos que manter a respeitabilidade em  
574relação ao Conselho dos Recursos Hídricos, onde o uso da água é regrado. Então, nesse sentido,  
575considerando que o Rogério encontra-se aqui, vou pedir a manifestação dele, porque eu sei que o  
576Conselho de Recursos Hídricos e o DRH têm tomado várias medidas no sentido de racionalizar o uso da  
577água e tentar administrar essas crises que nós temos tido nos últimos anos. Então, gostaria de passar a  
578palavra para o Rogério. **Sr. Rogério Dewes:** Bom-dia a todos. Vocês devem ter visto na imprensa que nos  
579dias 19 e 20 publicamos portarias, o Conselho de Recursos Hídricos aprovou duas resoluções  
580regulamentando o bombeamento de água para a lavoura de arroz na Bacia do Rio dos Sinos e Gravataí.  
581Anteontem encaminhamos uma determinação de paralisação do bombeamento por 48 horas na Bacia do  
582Rio dos Sinos. Hoje pela manhã nós verificamos que não houve recuperação de nível e acabamos de  
583enviar uma nova determinação mantendo a paralisação por tempo indeterminado, até que ocorra  
584recuperação de nível. A determinação saiu a cerca de meia hora, foi informado ao Comitê, a quem  
585compete informar as Entidades que representam a agricultura no âmbito do Comitê Sinos. Na Bacia do  
586Rio Gravataí, há três dias, o nível do rio chegou a 95 centímetros. A resolução do Conselho de Recursos  
587hídricos determina que se o nível do Rio Gravataí chegar a um metro entra em funcionamento um  
588esquema alternado de bombeamento, em que se paralisa por 48 horas e se bombeia 72 horas. Hoje à noite  
589deve iniciar um bombeamento no Rio Gravataí, retornar o bombeamento por 3 dias e paralisação por mais  
5902 dias. Se o nível do Rio Gravataí se aproximar de 50 centímetros, então, emite uma ordem de paralisação  
591do bombeamento até que ocorra a recuperação do nível. Era isso que eu tinha a informar, Sr. Presidente.  
592**Sr. Presidente:** Eu recebi agora uma copia de decreto, datado de 26-10, assinado pelo Sr. Governador, o  
593Decreto n.º 44.702, onde o Governador decreta: “Fica decretado situação de emergência e toda a área das

594bacias hidrográficas do Rio dos Sinos e Gravataí, provocada por desastre relacionados aos riscos de  
595intensa poluição ocasionado pelos resíduos líquidos e efluentes de atividade industrial. Parágrafo único –  
596A situação de anormalidade afeta com maior intensidade a área das bacias hidrográficas do Rio dos Sinos  
597e Gravataí, que compreende os Municípios de Araricá, Alvorada, Canoas, Cachoeirinha, Esteio, Gravataí,  
598Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santo Antônio da Patrulha, Rolante, Campo Bom,  
599Igrejinha, Santa Maria do Herval, Canela, Ivoti, Nova Hartz, São Francisco de Paula, Capela de Santana,  
600Nova Santa Rita, Caraá, São Sebastião do Caí, Dois Irmãos, Osório, Sapiranga, Estância Velha, Parobé,  
601Portão, Porto Alegre, Taquara, Gramado, Riozinho, Três Coroas e Viamão, totalizando 34 Cidades. Artigo  
6022 – Confirma-se por intermédio deste decreto a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil no  
603âmbito estadual, sob coordenação da Defesa Civil do Estado e autoriza o desencadeamento do Plano  
604Emergencial de Reposta aos Desastres, após adaptada a situação real desses desastre ambiental. Artigo 3 –  
605Fica autorizada a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta aos desastres e a realização  
606de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de  
607assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único – As atividades serão coordenadas pela  
608CODEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado  
609à situação real desse desastre ambiental. Art. 3º - Fica autorizada a convocação de voluntários para reforçar  
610as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à  
611comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.  
612Parágrafo único - Essas atividades serão coordenadas pela CODEC. Art. 4º - Ficam autorizadas as  
613autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, em conformidade com o estabelecido nos incisos  
614XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 à: I - penetrar nas casas,  
615a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para  
616determinar a pronta evacuação das mesmas; II - usar da propriedade, inclusive particular, em  
617circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas,  
618instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização  
619ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma. Parágrafo único - Será responsabilizado o  
620agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações relacionadas com a  
621segurança global da população. Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Palácio  
622Piratini, em 26 de outubro de 2006. Germano Antônio Rigotto. Coronel Riovaldo Antônio Vasconcelos  
623Ferreira”. Eu não sei se o Jackson ou o Ferrari gostaria de se manifestar. **Sr. Antenor Ferrari:** Na  
624verdade, o Governador já havia baixado um outro decreto criando a força-tarefa, que reuniu diversas  
625instituições do Governo Estadual, a participação da representação dos municípios nas diversas áreas, o  
626Ministério Público, a Polícia Civil, para que a Força-Tarefa no período de 45 dias pudesse apresentar não  
627só respostas para emergência, mas, também, apresentar propostas de curto, médio e longo prazo para  
628encaminhar a gravidade dessa situação das duas bacias. O Governador sempre fez questão de incluir a  
629Bacia do Gravataí junto com a Bacia do Sinos. O decreto surge em decorrência das reuniões que foram  
630feitas pela Força-Tarefa, que se reuniram já por duas vezes e que concluiu a necessidade de se decretar  
631emergência para poder facilitar todas as instituições públicas, também os municípios da região à obtenção  
632de recursos para efetuar os seus planos de saneamento, para poder mobilizar as suas forças e o próprio  
633Estado, através da própria Defesa Civil, para que pudesse ter agilidade para promover as ações  
634indispensáveis. Então, esse é o objetivo da emergência, ela deixa bem claro na leitura que o Presidente fez  
635quais são os objetivos, mas, basicamente, foi atender a Força-Tarefa que foi criada dentro das  
636necessidades e da mobilização. Eu gostaria apenas, Presidente, de também pedir, já que estamos aqui,  
637temos a representação da FAMURS aqui, pedir que aquelas municípios que estiverem na extensão,  
638especialmente da Bacia do Sinos, que tem territórios nessas áreas, que também se mobilizassem para de  
639maneira permanente, enquanto perdurar essa crise, possam também contribuir e serem responsáveis pela  
640movimentação das águas para a oxigenação com os seus equipamentos. Evidentemente, a Defesa Civil  
641neste momento vai pedir a contribuição dos municípios, mas seria bom que do interior do Conselho  
642também se entendesse que os municípios pudessem ser chamados para que contribuíssem com essa tarefa,  
643serem responsabilizados pelo menos pelo seu território. **Sr. Presidente:** Nesse sentido eu posso-me  
644manifestar, colocando que os municípios estão mobilizados. Hoje a tarde eu devo ter um contato com o  
645pessoal do CONDIMA do Vale, porque eles estão fazendo um levantamento dos municípios que entrariam  
646na Força-Tarefa. O Município de Novo Hamburgo já colocou à disposição guardas municipais, fiscais,  
647aeradores, viatura. Eu faria um apelo para a FIERGS para que nos apoie no sentido de conseguirmos com  
648algumas das grandes empresas do sistema FIERGS da região, eu até vou ler da reunião com a Brigada  
649Militar o que nos foi solicitado. A Brigada Militar vai trabalhar 24 horas por dia, eles vão estar  
650mobilizados em dois pontos, o que gerou a necessidade, entre outras coisas, foi-nos solicitado viaturas,  
651celulares, rádios de comunicação, combustível e até nos foi solicitado um apoio para conseguir  
652alimentação. Então, nesse sentido faço um apelo à FIERGS, ver-se através da FIERGS nós conseguimos

653falar com a Gerdau, com a Coca-Cola, que também tem empresa ali próxima, da possibilidade de  
654conseguirmos alimentação para os nossos servidores que vão estar envolvidos nessa força-tarefa. A gente  
655sabe que, às vezes, para que se possa o Estado disponibilizar recursos, não é em 10 minutos, infelizmente,  
656são processos administrativos que tem que encaminhar. Às vezes a gente não coloca a operação em ação  
657por falta de uma dessas coisas. Em Novo Hamburgo eu chamei o Prefeito, conversei com ele, que  
658disponibilizou uma viatura, combustível, dois guardas, um fiscal e aeradores. Então, nesse sentido a gente  
659vai precisar da colaboração. **Sr. Antenor Ferrari:** Na verdade, a gente sabe que existem contribuições das  
660mais variadas possíveis e inimagináveis, a solidariedade dos municípios, de todos os setores da sociedade.  
661São questões que vem ocorrendo e que agora, inclusive, a Defesa Civil está assumindo mais diretamente  
662essa questão, está até localizada no próprio ambiente. Agora, o que a gente gostaria de colocar, digamos  
663assim, que na contribuição, que é espontânea, se pudesse também ter algumas questões, que são mínimas,  
664nos municípios. O Município de Novo Hamburgo foi uma questão importantíssima, porque são  
665exatamente meios materiais muito concretos para poder utilizar. O que a gente pediria para a FAMURS  
666como um todo é que os municípios também assumissem a responsabilidade para a aeração da área  
667enquanto persistirem esses problemas, porque como estamos próximos do verão agora, isso vai persistir  
668por algum tempo. Temos que ser muito realistas, não adianta achar que a aeração vai resolver o problema,  
669mas ela pode contribuir para melhorar as condições pelo menos pontuais, quando o oxigênio for muito  
670baixo efetivamente. Então, eu acho que o Conselho precisa ter muito presente que a mortandade que  
671ocorreu foi muito grande, em um momento de piracema, mas que pode-se repetir em muitos momentos, a  
672qualquer instante. Então, que a gente não se surpreenda se isso vir a ocorrer a qualquer instante. Meus  
673amigos, era isso, muito obrigado. **Sra. Laura Londero Cruz:** Eu gostaria de fazer uma manifestação, que  
674a Secretaria da Saúde tem atuado na área de acidentes e desastres naturais, fazendo um trabalho integrado  
675com várias áreas do meio ambiente. Manifestamo-nos que, infelizmente, a Secretaria não foi nomeada no  
676decreto que cria a Força-Tarefa. Nós estávamos presentes durante todos os eventos que ocorreram, mas,  
677infelizmente, não foi nomeada. De qualquer forma a gente coloca a Secretaria Estadual da Saúde e sua  
678equipe à disposição, em qualquer atuação que venha ser possível, e lembramos uma equipe de trabalho  
679muito importante que as Secretarias Municipais de Saúde têm, que são os agentes comunitários, os agentes  
680de PAC/PSF. São equipes que têm um grande acesso à população em geral, que podem com certeza  
681contribuir nessa parte educacional que o colega da FAMURS colocou, que realmente é importante em um  
682auxílio posterior. Ou também a utilização de alguns bancos de dados que a Secretaria da Saúde pode  
683disponibilizar, em especial das águas de captação para consumo humano, porque nós temos bancos de  
684dados desde 2002, de repente em um momento deste pode servir. **Sr. Presidente:** Em relação à  
685disponibilização das equipes, Conselheira, a Força-Tarefa está sob coordenação do Secretário e do Ferrari.  
686Então, eu peço a integração no sentido de entrar em contato com o Ferrari e com o Dilda para saber como  
687vai ser essa operacionalização. **Sr. Antenor Ferrari:** Provavelmente, teve um descompasso na hora da  
688elaboração do decreto, porque a Secretaria da Saúde foi indicada sim, estava entre os primeiros órgãos do  
689Governo Estadual. Na edição do decreto talvez tenha havido essa omissão, mas não é por esta razão que a  
690Secretaria da Saúde está fora, deve-se integrar imediatamente, até porque nós vamos alertar o Governador  
691sobre essa omissão que houve, mas nós consideramos que esteja incluído na Força-Tarefa. Eu vou pedir  
692para o Dilda faça a convocação da Secretaria da Saúde. **Sr. Presidente:** Nós do CONSEMA também já  
693tínhamo-nos manifestado em uma outra reunião de que também houve um esquecimento da colocação do  
694CONSEMA na Força-Tarefa. Então, o Dilda na outra reunião já notou que não houve a inclusão do  
695próprio CONSEMA. É que em função da emergência a gente entende, não é crítica, não é esse o objetivo,  
696Ferrari. É só lembrar em função da manifestação da Conselheira. **Sra. Julia Nunes Hallal:** Eu sou do  
697Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais e gostaria de trazer ao conhecimento dos demais Conselheiros  
698um manifesto da União pela Proteção do Ambiente Natural, que é outra ONG que deve ser nomeada para  
699este Conselho, aguarda nomeação, assim como a AGAPAN, Mira-Serra e o Núcleo Amigos da Terra. A  
700Mira-Serra, na última reunião, foi colocado que já seria nomeada para esta reunião e isto não foi feito.  
701Então, eu gostaria de saber porque isso não ocorreu. Então, este manifesto é um apoio que nós estamos  
702fazendo aos nossos companheiros que neste momento estão promovendo uma mobilização junto ao Rio  
703dos Sinos. A União pela Proteção do Ambiente Natural é uma ONG que trabalha no Município de São  
704Leopoldo. Eu vou ler o manifesto: “Manifesto pela Vida no Rio dos Sinos. Nós, cidadãos preocupados  
705com a qualidade do Rio dos Sinos, reunidos após mais um desastre ambiental em um rio que sofre o  
706descaso de mais de um milhão de pessoas, viemos a público para manifestar a nossa indignação e dizer  
707que queremos o nosso rio vivo e não transformado em uma vala de esgoto. Segundo o CONAMA, as  
708águas dos rios são classificadas em 5 categorias: de 0 a 4; e estando o Rio dos Sinos em seu trecho inferior  
709na pior dessas classes, que é a Classe 4. A água dessa classe nem poderia ser consumida pela população,  
710mesmo com tratamento, pois causa riscos a nossa saúde. Exigimos, como cidadãos diretamente afetados  
711pelo descaso das autoridades, ações imediatas para que a qualidade das águas do Rio dos Sinos no seu

712trecho inferior retorne para no mínimo a Classe 3. Exigimos também a fiscalização eficiente sobre o seu  
713setor industrial e imobiliário por parte dos Governos, através dos órgãos municipais e estaduais do meio  
714ambiente a imediata implantação pelo Governo Estadual da Agência de Bacia Hidrográfica do Sinos; a  
715ampliação e reforço dos mecanismos de controle social sobre a ação do Estado e das indústrias,  
716desburocratizando os Conselhos e fóruns de participação pública, visando engajamento efetivo da  
717sociedade civil nas decisões de políticas públicas no setor ambiental e na aplicação dos recursos na bacia.  
718Que no licenciamento ambiental de qualquer nova atividade de grande e médio impacto sobre os recursos  
719hídricos da bacia seja ouvido o Comitê Sinos, tendo esse poder de decisão sobre implantação ou restrição  
720da atividade. A adoção de programas de recuperação das áreas verdes nativas ao longo dos corpos de água  
721e incentivo financeiro aos proprietários que preservem as áreas úmidas, no caso, os banhados. A  
722formulação de metas claras e factíveis de implantação à ampliação do sistema de tratamento de esgoto  
723cloacais na bacia, pelos Governos Estadual, Federal e Municipal, contendo fontes de financiamento,  
724planos de aplicação de recursos, medidas de acompanhamento, prazos de execução e punições a quem não  
725os cumprir. Queremos construir juntos um modelo de vida construtivo e responsável, que respeite os  
726limites da natureza de absorver poluição e produzir bens materiais. Queremos o nosso rio vivo”. No nosso  
727entender esse problema que está ocorrendo agora no Rio dos Sinos demonstra o resultado de uma  
728descontinuidade no trabalho da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, no que se refere ao sistema de  
729gestão. A gente observa que secretaria após secretaria os trabalhos não são continuados, apesar da FEPAM  
730ter dados de muitos anos, esses dados a cada governo parece que são reestruturados, recolocados como se  
731fosse uma novidade. Então, que se planeje ações contínuas, que haja na troca de governo uma observação  
732da continuidade dos trabalhos, que, como se viu, é preponderante neste momento. No nosso entender  
733também o Estado mobiliza poucos recursos e poucos esforços para a recuperação dessa bacia, haja vista o  
734grande impacto que ela sofre na região metropolitana. **Sra. Maria Teresa Raya Rodriguez:** Em primeiro  
735lugar gostaria de me manifestar, digamos, ratificar a confiança que sempre tive pelos técnicos da FEPAM,  
736que sempre, imediatamente, estão no local, estão tomando as devidas medidas de emergência. Nisso eu  
737sempre tive confiança e aqui manifesto que ok, isto está bem feito. O que me chama um pouco a atenção,  
738pelos dados colocados, ficou bastante claro que dos indicadores de qualidade dessa bacia os coliformes  
739fecais é algo que salta aos olhos. Isto direciona claramente que o impacto hoje da bacia é pelo esgoto,  
740como todos nós aqui já compreendemos. Verifico que de todos os trabalhos que estão sendo iniciados,  
741parece-me que há 180 dias para a apresentação de um plano de saneamento. Isso me parece que seis meses  
742e muito tempo para que esse plano de saneamento seja entregue. Pergunto, então, se essa Força-Tarefa,  
743agora, com esse plano emergencial de combate, o que vai ser efetivamente feito em relação aos esgotos  
744cloacais que estão sendo lançados como nós vimos pelo trabalho da FEPAM. **Sr. Presidente:** Ferrari, eu  
745tomo a liberdade de ler o decreto que cria a Força-Tarefa, que é o Decreto n.º 44.675, de 18-10, que cria a  
746Força-Tarefa para atendimento das situações de risco ambiental nas bacias do Sinos e Gravataí: “O  
747Governador, no uso das suas atribuições decreta: art. 2 – Fica criada a Força-Tarefa para o atendimento de  
748situações de risco ambiental na bacia do Sinos e Gravataí. Parágrafo único – A situação de risco ambiental  
749nas bacias do Gravataí e Sinos está relacionada com a preservação e conservação de parâmetros  
750qualitativos e quantitativos de uso múltiplo das águas, com ênfase no abastecimento público e manutenção  
751da qualidade ambiental e dos ecossistemas fluviais. Art. 2 – A Força-Tarefa será composta pelas seguintes  
752Entidades: o Secretário de Estado do Meio Ambiente – SEMA, a Fundação Estadual de Proteção  
753ambiental, a Secretaria de Justiça e Segurança por intermédio do Comando Ambiental da Brigada Militar,  
754Secretaria de Obras Públicas e Saneamento, Secretaria de Agricultura e Saneamento, Companhia Rio-  
755grandense de Saneamento, Comissão Estadual de Defesa Civil, Comitê de Gerenciamento da Bacia  
756Hidrográfica do Rio dos Sinos, Comitê de Gerenciamento Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, Associação  
757dos Municípios do Vale dos Sinos, Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS,  
758Assembléia Legislativa do Estado e Ministério Público. Parágrafo único – A coordenação ficará a cargo da  
759SEMA/FEPAM, como integrantes do SISEPRA, atuando em sintonia com a CEDEC – Comissão Estadual  
760de Defesa Civil. Art. 3 – O grupo de trabalho deverá elaborar Programa de Ações Integradas – PAI para a  
761Bacia do Gravataí e Sinos no prazo de 45 dias a partir da publicação do presente. Parágrafo segundo – O  
762Programa de Ações Integradas deverá contemplar também a implantação do plano de alerta para situações  
763ambientais do Sinos e Gravataí, considerando os aspectos químicos, físicos, biológicos, em consonância  
764com as definições do Sistema Estadual de Recursos hídricos. O decreto em vigor na data da sua  
765publicação”. No tocante à manifestação da UFRGS, nós através dos municípios nos mobilizamos, na  
766verdade, tem um prazo para que se faça um planejamento no sentido de se ter um saneamento da bacia. Aí  
767nós voltamos a coisas estruturais que foram colocadas na reunião que nós acompanhamos, onde o Comitê  
768Gravataí se manifestou de que, infelizmente, nós não podemos sair por aí produzindo malabarismos. O  
769sentido normal das coisas é que a gente tenha, em primeiro lugar, o plano da bacia, e, infelizmente, foram  
770contingenciados, e não é de agora, é de outros vários governos também, os recursos para que sejam feitos

771os planos de bacia. Isso não é só no Sinos e no Gravataí. Hoje no Estado acho que temos dois planos de  
772bacias feitos, não é, Rogério? **Sr. Rogério Dewes:** Tem quatro e um em andamento. **Sr. Presidente:**  
773Então, vejam que são 25 Comitês de Bacia que nós temos e os planos de bacia foram feitos tão-somente  
774nesses quatro e um em andamento. Agora, é aquela pergunta que se faz, antes de queremos discutir temos  
775que saber qual a água que nós temos. Esses dias eu até fui mal-interpretado em uma manifestação minha,  
776mas eu tenho muita dificuldade em pensar em fazer um trabalho na área agrícola do Estado e irrigar-se se  
777a gente não sabe qual é a água que nós dispomos. E em relação ao saneamento a mesma coisa, não adianta  
778sair fazendo plano de saneamento se nós não temos a informação correta do que aquela bacia hidrográfica  
779tem. Em segundo lugar, tendo isso nós também temos um segundo viés nesse programa todo que tem que  
780ser montado, que é captar verba para isso. É de conhecimento público hoje que o Estado do Rio Grande do  
781Sul consegue com muito esforço pagar a sua folha de pagamento. Portanto, recurso para investimentos, e  
782parcos investimentos, vocês lembrem que quando se fala em saneamento o investimento é de mil dólares  
783por pessoa para o sistema de saneamento. Infelizmente, nós temos que dar a mão à palmatória a isso que o  
784colega da FEPAM colocou, porque essa degradação está acontecendo desde 93, mas, infelizmente, a gente  
785vai empurrando com a barriga essas coisas e chegou a hora. Concordo com a manifestação da Professora.  
786Nesse sentido os municípios do Vale do Sinos já têm a reunião marcada, porque eles já haviam contratado  
787um plano de saneamento através da Associação de Municípios. Este Plano de Saneamento do Sinos será  
788apresentado em uma reunião promovida pela Associação de Município, com a presença dos municípios do  
789Vale do Rio dos Sinos no dia primeiro. Nós ainda nós sabemos o local, mas, em princípio, será marcado  
790no dia primeiro, talvez seja na FEEVALE, ou em Novo Hamburgo, alguma coisa desse gênero. Então, o  
791prazo de 80 dias é até, no caso do Sinos nós entendemos que este plano poderá ser imediatamente  
792repassado para o Governo para que a gente se dê as mãos e ver o que conseguimos fazer. Por outro lado,  
793isso que foi manifestado pelo Lessa a pouco nós entendemos também, e isso eu tenho colocado em várias  
794reuniões, faz anos que a gente não vê uma campanha de economia de água; ou vocês têm visto? E mais,  
795neste caso só dois municípios ali, a água é municipal, os outros têm concessionária pública. Aí é a  
796pergunta que fica: “Ah, mas eu tenho a concessão da água, do esgoto não!” Só um pouquinho, quando  
797você liga a água em casa alguém tem dúvida que vai gerar esgoto? Ou será que estamos em outro mundo?  
798Então, há a necessidade de se conversar sobre isso. Infelizmente, no Brasil nós só temos uma metodologia  
799de cobrança de esgoto, que é a partir da água. Então, essas coisas caminham conjuntamente. Infelizmente,  
800muitas concessões de água foram dadas pelos municípios à CORSAN e foi dado só a água, mas, na  
801verdade, o município muito pouco entendia desse assunto, muitas vezes o documento vinha pronto. Então,  
802nessa bacia tem dois municípios que tem culpa nisso. E os dois municípios, por sinal, estão com os seus  
803projetos de recurso junto à FUNASA aprovados, que são os municípios de São Leopoldo e Novo  
804Hamburgo, e em Novo Hamburgo, quando as obras estiverem prontas, que as obras estão em processo de  
805licitação, nós teremos 47% do esgoto de Novo Hamburgo tratado. Em São Leopoldo a mesma coisa, o  
806Prefeito Vanasi conseguiu os recursos com o Governo Federal, os recursos estão sendo liberados, está em  
807meios de feitura dos processos licitatórios. Também em São Leopoldo passará de 40% a quantidade de  
808resíduos líquidos do município tratado. E nos outros? Há a necessidade dessa integração que a gente tem  
809colocado aqui, mas tem que ter um plano inicial. Tenho minha dúvida se esse plano depois vai fechar com  
810o documento que o Comitê de Bacias vai produzir. Então, vejam que nós estamos diante de um momento  
811que aquilo que a gente vinha colocando, não é de agora, isso é lá de 96, 97, a gente vem dizendo, tem que  
812fazer os primeiros estudos nos Comitês de Bacias para a partir disso se chegar um dia aos planos de  
813saneamento. Claro, agora estamos diante da crise, o assunto tem vindo sucessivamente à mídia e as  
814pessoas vêem isso. Agora, esperamos que isso não caia no esquecimento. Então, vou passar a palavra ao  
815Ferrari para que se manifeste, aproveitando para lhe convidar a fazer parte da Mesa, porque a SEMA teve  
816que se retirar. **Sr. Antenor Ferrari:** Eu acho que o Presidente respondeu em boa parte aquilo que eu ia  
817colocar. Até proponho, Presidente, que como na próxima sessão do Conselho vai ter a exposição sobre a  
818atuação da Emergência da FEPAM, que se coloque também outra questão importante, que é o Plano de  
819Saneamento da Bacia do Rio dos Sinos, que está em fase final de elaboração, mas que também tem  
820participação do Comitê de Bacias. Lá em São Leopoldo, quando nós divulgamos esses resultados que  
821apresentamos hoje, tentamos na primeira parte também colocar o Plano de Saneamento da Bacia do Sinos.  
822A gente não conseguiu sensibilizar, pelo menos aquele auditório superlotado, com isso, o auditório como  
823um todo não foi sensibilizado. Esse plano está praticamente concluído, disponível, pode contribuir com os  
824municípios para que os municípios possam ter um ponto de partida da apresentação dos seus planos. Eu  
825acho que o Conselho poderia conhecer se fosse colocado na Ordem do Dia da próxima reunião, uma meia  
826hora é o suficiente para a sua apresentação, mas vai dar uma visão de que, efetivamente, existem órgãos  
827do Governo e do Comitê de Bacias que estão estudando isso. E gostaria de dizer também que nós temos  
828sido, através dos meios de comunicação, induzidos a encontrar um ou outro culpado. Eu até poderia-me  
829sentir bem mais confortável, sob ponto de vista de atender o que os meios de comunicação em tese

830desejam, não todos, mas alguns, de dizer a eles: “Olha, são seis ou sete empresas”; e está resolvido o  
831problema. Na verdade, eu tenho tido uma experiência pessoal ao longo dos anos que me remete até a  
832facilitar essas questões, porque desde lá dos idos de 86 a 90, quando fui Secretário da Saúde e Meio  
833Ambiente, na época a FEPAM era o Departamento de Meio Ambiente da Secretaria da Saúde, nós tivemos  
834uma intervenção muito forte nessa área com a interdição de diversos curtumes, com a aplicação de multas  
835diárias às empresas que lançam seus efluentes direto na Bacia do Sinos. Desde aquele período, mesmo  
836doente eu cuidei do Departamento de Meio Ambiente, e eu tenho uma passagem a partir de abril deste ano  
837aqui dentro da FEPAM, portanto, sou absolutamente novo na FEPAM, nota-se que o controle sobre o  
838lançamento de efluentes das indústrias vem, gradativamente, melhorado ao longo dos últimos anos. Isso é  
839gradativo, as estatísticas mostram que é gradativo. Outra questão, a partir de 2000 não se licenciou mais  
840absolutamente nenhuma empresa e nem se licenciou a ampliação de empreendimentos na subacia do  
841Portão. Tem uma portaria da FEPAM de 2002 prevendo isso. Nesse período todo, efetivamente, houve  
842uma contribuição das empresas, sob pressão, sob fiscalização, sob autuação, a gente sentou que houve  
843uma cooperação. Existe a responsabilidade de algumas empresas que mesmo com todo o noticiário a  
844respeito desse grave acidente não tiveram o cuidado devido, que em algum momento, como qualquer  
845infrator que tenha na sociedade, tenha cometido também irresponsabilidades. Nós temos responsabilidade  
846com a vida dessas duas bacias, do Sinos e do Gravataí, e ela deve remeter para que a gente faça uma  
847reflexão muito séria de encontrar sim os responsáveis, ou os co-responsáveis por isso, responsabilizá-los  
848civil e criminalmente sim, mas, também, ter presente que isso não vai resolver o problema do rio.  
849Podemos botar na cadeia empresários, responsabilizar prefeituras, mas se nós não tivermos projetos de  
850recuperar as duas bacias não teremos progredido em nada. Esse é um ponto de partida de muita reflexão  
851para que a sociedade como um todo e nós entremos neste episódio uma saída para este grave problema. A  
852punição é indispensável, a indenização por este acidente grave é indispensável, mas é preciso que a gente  
853reflita para encontrar alternativas. Temos que punir sim, temos que responsabilizar sim, mas temos o  
854compromisso de encontrar alternativas para solucionar esse grave problema, como ocorreu em muitos  
855lugares do mundo. Se a tecnologia está disponível na Europa, nos Estados Unidos, no Japão, sei lá onde,  
856se está disponível lá, está disponível para nós também. Para isso nós precisamos unir esforços, interesses e  
857encontrar alternativas permanentes de recuperação e preservação das nossas águas. **Sr. Presidente:** Sr.  
858Presidente, gostaria de tentar o encaminhamento ao assunto, porque de uma forma geral a informação a  
859gente conseguiu passar aos Conselheiros, mas considerando a gravidade da situação e considerando os  
860dois decretos que o Governador publicou e considerando a preocupação que nós temos, que,  
861provavelmente, vai haver momentos de pico desse assunto. Eu gostaria de consultar o Conselho da  
862possibilidade de nós entrarmos em estado de alerta também, no sentido de podermos convocar uma  
863reunião extraordinária, não necessitando de que eu colhesse todas aquelas assinaturas, que sou obrigado a  
864colher para chamar uma reunião extraordinária. A gente votaria que o Conselho se declare em estado de  
865alerta em relação à emergência ambiental e que o Presidente do Conselho, na medida da necessidade e dos  
866contatos com o Presidente da FEPAM, com o Secretário de Estado, que nós possamos convocar o  
867Conselho extraordinariamente, com no máximo 24 horas de antecedência. Os Conselheiros gostariam de  
868se manifestar sobre esta proposta, ou estão de acordo da gente dar um conhecimento dessa forma? **Sra.**  
869**Juliane Nunes Hallal** Eu não vejo no que isso auxiliaria. **Sr. Presidente:** Dependendo das ações que nós  
870vamos tomar daqui para frente o Conselho terá que se manifestar. E tivermos que chamar uma reunião  
871extraordinária eu tenho que colher no mínimo 15 assinaturas de Conselho, tenho que ter 72 horas de  
872publicação disso para que eu possa chamar uma reunião. E eu entendo que nós Conselho também devemos  
873estar de mãos dadas a esse processo, porque nós estamos adiante de um grande problema ambiental. É  
874nesse sentido. **Sr. Ebersson Thimmig Silveira:** Não seria o caso de alterar o Regimento Interno, ou fazer  
875essa abertura do Regimento para evidenciar essa questão das extraordinárias, nesses moldes que o senhor  
876está propondo? **Sr. Presidente:** Acatamos a sugestão, mas isso nós teremos que encaminhar para a  
877Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Desde já acatamos, peço que a Secretaria Executiva anote isso, no  
878sentido da gente encaminhar para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos uma solicitação de alteração,  
879uma proposta de alteração do Regimento Interno para que a gente tenha a previsão de uma eventual  
880necessidade desse tipo de mecanismo. **Sra. Juliane Nunes Hallal:** E o *quorum* mínimo? **Sr. Presidente:**  
881Não, o *quorum* sempre vai ter que ter, o problema é ter o *quorum*, porque não adianta eu convocar  
882reunião, alguns Conselheiros virem, chegar aqui e nós não termos *quorum*. Sem *quorum* não se faz  
883absolutamente nada, nós temos um regimento e uma legislação, aí não é uma decisão nossa. Não adianta  
884nos reunirmos sem *quorum*. Agora, isso é secundário, o *quorum* sempre vai ter que existir, o que nós  
885estamos falando aqui é estarmos em estado de emergência e os Conselheiros, eventualmente, possam ser  
886chamados de um dia para o outro para que a gente tome uma determinada decisão. É esse o  
887encaminhamento que eu gostaria de dar. **Sra. Juliane Nunes Hallal:** Isso seria restrito à questão do Rio  
888dos Sinos? **Sr. Presidente:** Este assunto seria em consonância com os dois decretos, porque esses dois

889decretos têm um prazo de validade de 180 dias. Então, enquanto estivermos dentro da ação desses  
890Decretos n.º 44.702 e 44.675, neste período poder-se-ia o Conselho valer-se dessa prerrogativa. É nesse  
891sentido que nós faríamos. Ou, então, se os Conselheiros acham melhor que seja até a próxima reunião do  
892Conselho não tem problema nenhum, a próxima reunião é no dia 24-11. Alguma manifestação em  
893contrário? **Sr. Clóvis Zimmer:** Bom-dia. Eu não sei se na Força-Tarefa está constituída a idéia, dentro do  
894que tu colocaste, Valtemir, com relação a não ter previsto dentro desse tempo nada voltado à questão de  
895economia de água gerada, ela acaba gerando problemas de esgoto. Então, como uma forma de se pensar  
896isso na Força-Tarefa, eu acho que aí seria conclamar o setor de mídia e comunicação para justamente fazer  
897isso, fazer uma campanha massiva neste momento da crise para a grande população contribuir, ser  
898chamada também à responsabilidade de poder contribuir. Usando o bom exemplo brasileiro, a gente teve o  
899momento do apagão, a gente até não percebeu muito isso aqui no Estado, porque o Estado tinha uma  
900condição um pouco mais favorável. Na época do apagão, só para vocês terem uma idéia, aquela campanha  
901massiva que foi feita com relação à economia de energia resultou nos horários de pico em uma redução de  
90230% em menos de um mês. Então, nós temos sim a possibilidade de chamar a atenção de todas as pessoas,  
903que participam quando são convocadas. Eu acho que isso deveria estar contemplado na Força-Tarefa. E o  
904setor de mídia e comunicação com certeza se aliaria a essa atividade. Então, só queria deixar esse pedido.  
905**Sr. Presidente:** Concordamos, Conselheiro. E dentro desse contexto também, em relação aos problemas  
906dos esgotos industriais, Conselheiro da FIERGS, nós temos aqui no Estado o CNTL – Centro Nacional de  
907Tecnologias Limpas. Eu entendo que em relação a essas duas bacias principais que estão com problemas,  
908que é a Bacia do Ralp e a Bacia do Portão, entendo que em um segundo momento nós poderíamos fazer  
909um estudo com o CNTL para melhorar as estações de tratamento e tentar ao máximo reduzir a liberação de  
910efluentes líquidos para esses arroios. Quer dizer, eu sei, isso não é um trabalho do dia para o outro,  
911também envolve recursos. Agora eu lembro o caso do Pólo Petroquímico, que está aí há 30 anos e  
912nunca houve um único litro de efluente líquido largado em qualquer recurso hídrico do Estado. Então, e  
913um exemplo que a gente pode pegar, claro, é uma situação diferenciada, mas em relação ao caso do pólo  
914fica claro que as empresas encontraram uma alternativa. Talvez se trabalhe com uma estação de  
915tratamento de maior porte e aquelas estações menores carregam para essa, é uma questão de estudar. Em  
916relação à economia eu concordo, acho fundamental. Não sei se vocês sabem, pelos dados da CORSAN,  
917nos últimos anos, quando vocês olham lá a Organização Mundial de Saúde, quando se faz projeto de  
918engenharia sobre esgoto sanitário, fala-se que o consumo médio de uma pessoa/dia era de 70 litros. Hoje,  
919se vocês pegarem o gasto médio de água no Estado através das contas da CORSAN, passa de 300  
920litros/habitante/dia. Alguma coisa está errada. Então, vamos tentar discutir com o Dilda e com o  
921Presidente da CORSAN a possibilidade de darmos uma coletiva no sentido de chamar a atenção da mídia,  
922de uma imediata campanha de economia de água. Na verdade, quanto mais água se tirar do rio pior fica a  
923situação que está ali, o problema é de vazão, não tem água suficiente, Quanto menos água tiver menor é o  
924índice de oxigenação. Então, as coisas começam a se suceder. Todos concordam com o encaminhamento?  
925Há necessidade de votação ou podemos considerar aprovado? Não havendo manifestação consideramos  
926aprovado o estado de emergência ambiental do Conselho Estadual de Meio Ambiente, que poderá resultar  
927na convocação de reuniões extraordinárias e, também, conforme sugestão recebida, de fazermos uma  
928alteração no Regimento Interno, segundo os caminhos normais, e também incluir nessa decisão que este  
929Conselho recomenda uma imediata ação de economia de água para a população do Estado do Rio Grande  
930do Sul, em especial do Sinos e Gravataí. Então, consideramos este vencido. **Sra. Lisiane Becker:** No  
931Sinos já tem esse programa. **Sr. Presidente:** Mas não está tendo os resultados que a gente está vendo  
932necessidade. Infelizmente, a campanha existe só que hoje na mídia muito pouco se fala disso. Onde quer  
933que se passe, tanto em Novo Hamburgo, São Leopoldo, é comum ver as pessoas lavando calçadas,  
934lavando carros com a mangueira aberta e assim vai. Então, há a necessidade de se fazer uma chamada para  
935que as pessoas se conscientizem disso, de que pode faltar água. Então, dentro do Item Assuntos Gerais, em  
936função do tempo e de que alguns Conselheiros têm que se retirar, gostaria de antecipar a apresentação da  
937Fundação Zoobotânica sobre o Plano de Manejo do Parque Estadual de Itapeva. **Sra. Lisiane Becker:** Eu  
938sou da Mira-Serra, deveria estar assumindo, não sei como ficou. **Sr. Presidente:** Está publicação,  
939Conselheira. Ele já está na Casa Civil o assunto, é que tem um trâmite normal, infelizmente, para ir para a  
940publicação em Diário Oficial. **Sra. Lisiane Becker:** Foi-me pedido pelas ONG's que repasse, que esse  
941plano de manejo passasse antes pelo Conselho Consultivo do próprio parque, que não passou. **Sr.**  
942**Presidente:** A gente faz a apresentação e faz o encaminhamento. **Sra. Lisiane Becker:** Inclusive, foi  
943tirado do ar, do site da SEMA, do COSEMA, até a pedido do próprio Estado, houve até uma manifestação  
944tua. Então, a gente nem olhou antes e o próprio Conselho não teve ainda a graça de conhecer como ficou.  
945Então, como foi para o Secretário analisar antes, por isso que tiraram. Então, é um pedido do Conselho,  
946até me ligaram agora, que passe antes pelo Conselho Consultivo de Itapeva. **Sr. Presidente:** Eu gostaria  
947que a Fundação Zoobotânica se manifestasse, porque eu não conheço o trâmite normal. **6. Assuntos**

948**Gerais. Sr. Marcelo Maisonete Duarte:** Na verdade, a reunião com o Conselho Consultivo de Itapeva foi  
949realizada em outubro de 2005, onde foram colhidas todas as informações, foi feito um seminário geral em  
950Torres com relação ao plano de manejo. Legalmente, o plano de manejo foi elaborado pela Fundação  
951Zoobotânica, foi encaminhado para o Banco KFW, voltou com correções do banco, sugestões. Após as  
952sugestões incorporadas ele foi encaminhado ao DEFAP, que fez as duas manifestações, suas  
953considerações que firmam reincorporadas. Agora, legalmente, ele está sendo encaminhado ao CONSEMA  
954para apresentação e para o Secretário de Meio Ambiente para que seja feita a portaria para transformar o  
955plano de manejo em um diploma legal. Após aprovação do plano, através da portaria, na próxima reunião  
956do Conselho, em novembro, vai haver uma apresentação oficial para o Conselho Consultivo de Itapeva,  
957que não vem-se reunindo regularmente. Então, é uma das colocações que até o plano de manejo coloca,  
958que é a questão da retomada do Conselho Consultivo, da reavaliação das Entidades que compõem o  
959Conselho de Itapeva, porque quando ele foi constituído muitas das Entidades são contrárias à existência do  
960Parque de Itapeva. Então, há a necessidade de uma rediscussão, até da própria composição do  
961CONSEMA. Então, já houve um seminário público em Itapeva com relação aos planos de manejo,  
962organizado pela Fundação Zoobotânica, todo o trâmite legal foi feito. O que vai ser feito agora é o  
963encaminhamento ao Secretário, por isso ele pediu para recolher, para que ele possa fazer a leitura e  
964elaborar a portaria do plano de manejo. Vou fazer a apresentação para o CONSEMA desse plano, que é o  
965primeiro plano. Para a próxima reunião pretendo trazer a apresentação do Plano de Manejo da Reserva  
966Biológica da Serra Geral, que também já foi apresentado para o Conselho Consultivo as Reserva Biológica  
967da Serra Geral. **Sr. Presidente:** Eu concordo, acho que nós temos que fazer a apresentação, mas deixar  
968bem claro que o documento final, este que vai ser apresentado para nós aqui não retornou para o Conselho  
969Consultivo. **Sr. Marcelo Maisonete Duarte:** A apresentação para o Conselho vai ser feita na próxima  
970reunião do Conselho, quando ela ocorrer. **Sra. Juliane Nunes Hallal:** Mas aí já vai estar aprovado! Isso  
971deveria ter sido apresentado antes e não depois, que aí o Conselho pode opinar sobre alguma coisa. **Sr.**  
972**Marcelo Maisonete Duarte:** O Conselho já opinou, nós estamos fazendo a versão final já. Dentro do  
973Conselho Consultivo de Itapeva existe, inclusive, uma discussão muito grande, pa o Conselho tem uma  
974série de Entidades que querem passar uma estrada no meio do parque. Legalmente, os passos todos foram  
975tomados, o Conselho foi consultado, o seminário com a comunidade for organizado, o plano foi elaborado  
976que depende de uma portaria do Secretário. **Sr. Presidente:** Pelo que eu havia entendido, Conselheiro, que  
977esta seria uma apresentação de praxe e não caberia ao Conselho aprovar o plano. Ao nosso Conselho cabe  
978tomar conhecimento, a quem cabe aprovar é o Conselho Consultivo lá no parque. E eu entendo também  
979que esse Conselho se reserva ao direito de que esse plano, o que vai valer é aquele que será apresentado e  
980aprovado lá no Conselho Consultivo. **Sr. Marcelo Maisonete Duarte:** O Conselho Consultivo também  
981não aprova o plano, ele é consultivo, não é deliberativo. O plano é aprovado pelo DEFAP e transformado  
982em instrumento legal através de uma portaria do Secretário. **Sr. Presidente:** Mesmo assim, não cabe a nós  
983opinar. Eu não sabia dessa situação, lamento, até estava conversando com o Presidente Ferrari, da  
984FEPAM, que, infelizmente, às vezes, as coisas vão caminhando e vão ficando de um dia para o outro, do  
985outro para o outro e quando a gente enxerga não há mais determinados prazos. Nós ouviremos a  
986apresentação do plano, agora, entendemos que devemos ter um pouquinho mais de cuidado para essas  
987coisas não acontecerem, porque fica complicado para nós, como Conselho Estadual do Meio Ambiente,  
988termos que ouvir de duas Conselheiras que se manifestaram de que esse plano, apesar de ter sido discutido  
989o documento final não foi aprovado no Conselho Consultivo local, e mais, que este Conselho é tão-  
990samente deliberativo. Então, é diferente do sistema do CONSEMA que é deliberativo. **Sr. Marcelo**  
991**Maisonete Duarte:** Todas as unidades de conservação têm Conselho Consultivo e a mesma apresentação  
992que vai ser feita ao CONSEMA vai ser feita ao Conselho Consultivo do Parque, inclusive porque há  
993questões do plano de manejo que envolvem a própria estruturação do Conselho Consultivo. **Sra. Juliane**  
994**Nunes Hallal:** Mas pelo o que tu falaste foi apresentado para o Conselho Consultivo em outubro de 2005.  
995**Sr. Marcelo Maisonete Duarte:** Aí é uma questão que tem que ser colocada com a administração dos  
996parques, porque a Fundação Zoobotânica foi contratada pelo banco para elaborar o plano de manejo, mas  
997toda a gestão das unidades de conservação é dentro da DUC – Divisão de Unidade de Conservação do  
998DEFAP que pode, não sei te dizer a quanto tempo. **Sr. Presidente:** O representante do DEFAP se  
999encontra no Plenário? **Sr. Marcelo Maisonete Duarte:** Com relação às unidades de conservação e as  
1000reuniões do Conselho Consultivo, quem determina é o Presidente do Conselho, que no caso é o chefe da  
1001unidade. Então, com a chefe de unidade se pode ter essas informações, inclusive, ela estaria aqui hoje, mas  
1002avisou que estaria em reunião com a Prefeitura de Torres em relação à discussão do Plano Diretor de  
1003Torres. Posso fazer a apresentação? Então, a lei federal cria o sistema de unidade e conservação que  
1004contempla os parques estaduais. O plano de manejo é um documento técnico, através do qual é definido o  
1005zoneamento, o regramento, todos os usos que podem ser permitidos dentro da unidade de conservação,  
1006preservação dos recursos naturais e todas as estruturas físicas que vão compor esse processo. O Parque

1007Estadual foi criado pelo Decreto n.º 4.209, de dezembro de 2002, tendo como objetivos básicos a  
1008conservação dos recursos naturais na formação da mata atlântica do Estado do Rio Grande do Sul, que  
1009incluir várias espécies ameaçadas, como: lagartixa-da-praia, galinha-do-mato, joaquim-cinzenta etc. Aí  
1010são algumas imagens da diversidade encontrada no local de fauna e flora, são algumas imagens mostrando  
1011a biodiversidade do parque. Além dessa diversidade o Parque Estadual de Itapeva tem um problema, como  
1012ele está contido à área urbana de Torres, existe um problema muito sério com relação à área norte do  
1013parque, que é esse contato das dunas do parque com algumas moradias das vilas Riacho Doce, Porto  
1014Alegre. Além desses problemas o parque também traz algumas opções de lazer para a comunidade. Aqui é  
1015uma vista do parque mostrando onde ele termina, o limite da cidade. Então, tem um problema sério que  
1016tem que ser resolvido, essa questão tanto do avanço das dunas para cima da cidade quanto do avanço da  
1017cidade para cima do parque. Aqui é uma área talvez de maior fragilidade ambiental, onde existem algumas  
1018iniciativas, passar uma estrada ligando a parte sul, a praia de Itapeva com a parte norte. O plano de manejo  
1019foi construído, então, dentro de uma primeira parte de contextualização da unidade de conservação,  
1020apresentando os seus aspectos gerais, algumas questões de base legal, a situação administrativa, um  
1021enquadramento regional, geopolítico, morfoclimático, enquadramento geográfico, estudos geográficos  
1022presentes. As demais unidades de conservação presentes da região, os principais aspectos da história  
1023administrativa e ocupação humana da região, caracterização socioeconômico, que foi feita uma parceria  
1024com o Departamento de Geografia da UFRGS, quem coordenou esse estudo foi o Professor Roberto  
1025Verdum. Aspectos legais, caracterização do meio biofísico, geologia, morfologia e pedologia, clima,  
1026ideologia, flora e fauna, que a gente teve uma contribuição do Departamento de Ecologia da UFRGS,  
1027através do Professor Andrei. A questão dos sítios históricos, situação fundiária, que é o ponto principal do  
1028plano de manejo, que a gente entende que a questão principal a ser resolvida é a resolução da questão  
1029fundiária, é adquirir as terras, atualmente nenhum hectare do parque pertence legalmente ao Estado. A  
1030percepção das comunidades em relação à unidade de conservação. Quer dizer, além do seminário que  
1031ocorreu na comunidade, foi feito dentro do levantamento socioeconômico um estudo em todos os  
1032proprietários e a comunidade em geral com relação à percepção delas em relação ao Parque Estadual.  
1033Depois entramos na questão do plano operacional de manejo, que é a parte administrativa, que mostra os  
1034resultados a longo prazo pretendido com a criação. O zoneamento do parque, que a gente vai ver o mapa  
1035depois, mas a zona intangível, zona permitida, zona de uso extensivo, zona histórica cultural, zona de  
1036recuperação, zona de uso especial, zona de uso conflitante, zona de ocupação temporária, zona indígena,  
1037que não existe no parque. A partir daí se estabeleceu os critérios para a inclusão ou não de áreas nas zonas  
1038de amortecimento e as inteirações da unidade de conservação com a zona de amortecimento. Integração  
1039com a comunidade, a criação à construção e coordenação do Conselho Consultivo, a divulgação da UC,  
1040desenvolvimento sustentável da área de influência, educação ambiental. Por que construção e  
1041coordenação? Porque algumas unidades de conservação não têm Conselho Consultivo, o plano de manejo  
1042também serve para ajudar a organizar a existência do Conselho Consultivo. Programa de proteção,  
1043demarcação, definição de limites, embase de vigilância, entendimento. Aqui vocês têm o primeiro mapa  
1044que mostra o enquadramento regional, localização do Parque Estadual de Itapeva. As unidades de  
1045conservação que compõem o projeto, conservação da Mata Atlântica, dentro dessas unidades de  
1046conservação quatro estão sendo elaborados planos de manejo pela Fundação, que é Itapeva, o Parque da  
1047Serra Geral, Aratinga, Itainhas. Em cima disso todos os municípios da área do entorno, foi feito um  
1048mapeamento através da imagem SPOT, do uso e cobertura do solo da área de entorno, mostrando todos os  
1049usos e os conflitos que esses usos podem trazer com relação à existência do parque. Foi um trabalho  
1050bastante detalhado da área de entorno do parque. Em cima disso também se fez um croqui dos principais  
1051usos da terra, quer dizer, aquela área amarela é a principal área de plantação de bananas, a questão do  
1052arroz na Lagoa do Forno, a Lagoa do Jacaré. Foi feito todo um zoneamento do uso da terra atual de todos  
1053esses três municípios, Torres, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras e um pouco de Arroio do Sal também.  
1054Um perfil da paisagem, então, em relação da linha da praia até a subida da serra, o outro perfil é na região  
1055da Lagoa do Morro do Forno. Os limites de acesso do parque, basicamente, existe um acesso, o único  
1056acesso é na área sul do parque, que é onde está estabelecido o *camping* de Itapeva. Então, em cima disso  
1057se fez também um trabalho com relação às unidades de paisagens, dentro da área do Parque Estadual, todo  
1058um detalhamento das unidades de paisagem, um perfil das paisagens dentro do parque também. A  
1059hidrografia regional é uma caracterização dos principais rios e arroios. Dentro do parque não existem  
1060muitos corpos d'água, há alguns pequenos córregos dentro da área de mata, na parte norte, onde existem  
1061alguns plantios de arroz existem alguns canais de drenagem de rio. Foi feito também um estudo da  
1062qualidade da água dessas áreas. Em cima disso se estabeleceu um zoneamento do parque. Nós temos ali  
1063uma série de áreas que foram definidas, são aquelas áreas onde vocês viram as imagens das casas sobre  
1064as dunas. Então, é uma área que existe uma ocupação temporária, que tem que ser feito um trabalho com a  
1065Prefeitura e com o DEAP, ou de desafetar essas áreas, ou de desocupá-las e criar algum tipo de contenção

1066de dunas para evitar o avanço as dunas sobre o parque, ou o avanço do parque sobre as dunas. **Sr.**  
1067**Presidente:** Conselheiro, tanto este como o outro que você vai apresentar, vou pedir que se fosse possível  
1068encaminhar o material todo em CD para a gente poder reforçar para os Conselheiros. Então, desde já peço  
1069que encaminhe 30 CD's para que eu possa repassar um para cada Entidade, para que as pessoas possam  
1070estudar. Em função da forma de apresentação teria sido mais vantajoso se a gente tivesse conseguido  
1071repassar esse material antes. Então, nós aos tomar a liberdade de enviar aos Conselheiros 2 CD's para  
1072todos os Conselheiros. Por favor, pode concluir. **Sr. Marcelo Maisonete Duarte:** Nós temos 2 áreas de  
1073uso intensivo, que é o *camping* de Itapeva e as áreas onde vão existir trilhas e outras ações. Nas áreas de  
1074uso extensivo existe algum tipo de ação. E as áreas primitivas, que pega aquela mancha de verde em um  
1075tom mais escuro, que são as áreas onde se pretende ter a preservação maior. Não se considerou nenhuma  
1076área intangível no parque porque todas elas já têm algum grau de alteração em função da proximidade de  
1077Torres e tudo mais. Ali é a questão das zonas de amortecimento e dos corredores ecológicos. Aquela linha  
1078em amarelo representa os 10 Km estabelecidos pela resolução do CONAMA, que define a área de entorno  
1079onde o licenciamento de qualquer atividade deve levar em consideração a administração do parque. Nós  
1080em termos de zona de amortecimento, consideramos uma área menor que envolve a praia de Itapeva, que  
1081não faz parte do parque, e aquela outra área em amarelo, que seria a zona de amortecimento onde algumas  
1082ações mais restritas têm que ser consideradas em relação à utilização do parque. Também a gente tem a  
1083presença de um corredor ecológico, que começaria próximo de Dom Pedro de Alcântara e subiria em  
1084direção à Lagoa do Morro do Forno, até o limite de Santa Catarina. Por quê? Nessas áreas ainda existem  
1085algumas manchas de mata paludosa que tem similaridade com as matas do Parque Estadual de Itapeva.  
1086Aqui são as instalações previstas, que é mais ou menos a questão do *camping* de Itapeva, as trilhas  
1087previstas, são 3 trilhas, a trilha do Morro de Itapeva, uma trilha na Mata do Celau para aproveitar um  
1088pedaço da mata que fica mais próxima à estrada para que se possa fazer uma trilha de educação ambiental  
1089e uma trilha pelas dunas até à área onde se pretende criar um espaço para a utilização de *surfboarding* já  
1090que se trata de um Parque Estadual. Aqui é em relação aos pontos críticos do parque, a gente fez algumas  
1091simulações. Então, essas são as principais áreas naturais para serem preservadas, a floresta venosa, floresta  
1092paludosa, a pedra de Itapeva e as baixadas úmidas, áreas próximas ao Riacho Doce, florestas. Em termos  
1093de fragilidade ambiental, então, essas baixadas úmidas são as mais úmidas do parque, além de serem  
1094quase únicas no Estado. Então, sobrepondo todos esses critérios de pontos críticos se tem aí as áreas mais  
1095críticas do Parque Estadual de Itapeva. As áreas com um sombreado mais forte são aquelas consideradas  
1096mais críticas e que necessitam de uma ação especial no plano de manejo. A estrutura prevista, então, para  
1097o próprio funcionamento do parque, ou seja, funcionamento mínimo, o ideal seria termos mais guarda-  
1098parques. Agora foi criado o cargo de guarda-parque, mas dentro do possível se pretende que o parque  
1099tenha um chefe, que também foi criado por decreto esse cargo, que é um técnico ambiental, três guarda-  
1100parques, um nível médio e administrativo e dois auxiliares de serviços gerais. Com a administração do  
1101*camping* a gente considera que seria 4, 2 e 1, se o *camping* vier a ser terceirizado a gente diminui um  
1102pouco o pessoal para o funcionamento mínimo do parque em função da real capacidade do Estado de  
1103contratar pessoas através de um concurso que está sendo previsto para guarda-parques e para chefes de  
1104unidade. Aqui é um estudo, é, digamos assim, a questão mais importante desse parque, porque nenhuma  
1105unidade de conservação do Estado do Rio Grande do Sul possui um orçamento anual. Os planos de  
1106manejo fazem uma série de proposições, uma série de análises, mas não dizem quanto custa um parque  
1107desses para o Estado do Rio Grande do Sul, tanto que não existe no orçamento do Estado nenhum centavo  
1108previsto para a unidade de conservação. Então, aqui a gente fez um estudo dividido em três partes: o  
1109parque no geral, como o *camping* e mais o parque, separando o custo anual do parque e do *camping* de  
1110Itapeva. A gente vê que o parque custaria, considerando a questão de pessoal, mobilização, bens e  
1111móveis, operacionalização, manutenção, reposição de equipamentos e tudo mais, custaria em torno de  
1112570 mil reais/ano para o Estado do Rio Grande do Sul. Só o *camping* de Itapeva custa, pela estrutura  
1113existente, a manutenção nessa estrutura e o pessoal necessário para ela, em torno de 370 mil. E o parque  
1114sem o *camping* custaria em torno de 194 mil reais para o Estado. A gente faz uma proposta também dentro  
1115do plano de manejo, que fazendo um estudo com os dados que a gente conseguiu do DEFAP de quanto o  
1116*camping* rende atualmente para o Estado, a gente tem uma defasagem muito grande, esse *camping* geraria  
1117e torno de 120 mil reais/ano para o Estado. Quer dizer, tu investes 376 e retorna 120 mil, que geralmente  
1118na temporada de dezembro a março utiliza o *camping*. Existem algumas distorções, o pessoal utiliza o  
1119*camping* levando *trailer*, consumindo luz, com ar-condicionado nos *trailers*, o pessoal utiliza barraca.  
1120Tudo isso tem um custo elevado para o Estado. A gente propõe no plano de manejo, então, uma  
1121terceirização desse *camping*, fazendo uma análise do patrimônio existente, para calcular uma taxa que  
1122seria cobrada para quem adquirisse a gestão do *camping*. Isso traria o retorno em torno de 40 a 50 mil  
1123reais para o Estado. Se considerar esses 50 mil reais que entrariam, mais os 376 mil que deixariam de ser  
1124gastos, a gente teria uma economia para o Estado em torno de 400 mil reais com a terceirização do

1125*camping*. Considerando aquilo que o Estado gasta no *camping* e aquilo que ele arrecadaria com a  
1126terceirização. O Estado não tem condições de manter o *camping*, hoje está bastante comprometido. Então,  
1127é isso, em termos gerais o plano de manejo contempla como prioridade básica dos próximos 5 anos a  
1128aquisição das terras do Parque Estadual de Itapeva. Uma discussão com relação ao uso que o *camping* de  
1129Itapeva possa ter, porque existe um problema muito sério, de que todo o final de ano existe uma pressão  
1130muito grande para que o *camping* abra, mas é preciso que haja condições de funcionamento desse  
1131*camping*. Então, o zoneamento, os usos permitidos de cada zona e tudo mais. Quer dizer, isso tudo está  
1132detalhado no plano que foi enviado em PDF, mas vou procurar disponibilizar isso em CD. **Sr. Presidente:**  
1133Quanto que o Estado gastou para a elaboração desse plano? **Sr. Marcelo Maisonete Duarte:** O Estado  
1134não gastou nada, porque é uma doação do Banco KFW. Todos os planos foram 200 mil euros. **Sr.**  
1135**Presidente:** Mas foi feito com a estrutura da Fundação Zoobotânica, ou foi terceirizado? **Sr. Marcelo**  
1136**Maisonete Duarte:** Foi feito com a estruturada Fundação Zoobotânica, terceirizando alguns serviços. Por  
1137exemplo, o socioeconômico, foi feita uma parceria com o Departamento de Geografia da UFRGS, e a  
1138parte de flora de Itapeva foi feito pelo Departamento de Ecologia da URGS. Nos outros planos a gente  
1139teve a parceria do departamento de Geografia, fazendo o socioeconômico, através de licitação pública e a  
1140Fundação executando a maior parte do plano, eu coordeno, junto com o Biólogo Duace Benk, a  
1141elaboração dos planos de manejo. **Sr. Presidente:**Eu não sei se os Conselheiros têm perguntas, mas eu  
1142entendo que o melhor era a gente encaminhar a documentação para todos. Já que no próximo mês a gente  
1143vai ter a apresentação do outro plano de manejo, aí se alguém tiver alguma pergunta a gente poderia fazer  
1144dessa forma. Considerando a nossa Pauta, mas, também considerando a falta de *quorum*, nós não temos  
1145assuntos nenhum mais que dependa de *quorum* para votação. Nós só temos uma comunicação, o nosso  
1146Item 4 da Pauta era em relação ao problema das ausências dos Conselheiros nas Câmaras Técnicas. Nós  
1147tomamos a liberdade de encaminhar ofício a todas as Entidades para se manifestarem. Então, esse assunto  
1148teria que voltar na próxima reunião. Teoricamente, o que a gente ia fazer era o seguinte: aplicar o  
1149Regimento Interno, ou seja, faltou a três reuniões consecutivas sem manifestação e apresentação de uma  
1150razão por essa não-presença, a Entidade seria excluída da Câmara Técnica. Isso está dando problema a  
1151uma série de Câmara Técnicas por falta de *quorum*. Então, a gente teria que tomar essa decisão, mas  
1152infelizmente, não temos *quorum* para votação. Eu entendo que talvez até não precisasse de votação,  
1153porque está previsto no Regimento Interno. Então, nós encaminhamos, alguns responderam manifestando  
1154que não puderam participar, mas tem interesse. Então, quem, infelizmente, pelo Regimento Interno, for  
1155excluído, no próximo exercício poderá se candidatar novamente, não tem problema nenhum. Encaminha a  
1156solicitação, a gente aprecia em Plenário e inclui na Câmara Técnica, mas neste momento a gente exclui  
1157todos aqueles que tiveram um número de faltas superior a três sem justificativa. Então, na próxima reunião  
1158a gente apresenta os que foram excluídos e aqueles que apresentaram novas pessoas para participarem.  
1159Dessa forma, então, nós encerramos esta 90ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Agradecemos a presença  
1160de todos. *(Encerra-se a reunião às 12h07min)*